

RESUMO

A Teoria da Dependência surge nos anos 60 para repensar o modelo cepalino e oferecer uma alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina. Portadora de um método analítico mais sofisticado, ela suplantou com facilidade o estagnacionismo, que havia sido abraçado pelos remanescentes do nacional-desenvolvimentismo, e transformou-se na crítica mais consistente ao desenvolvimento autoritário. Esse estudo pretende reconstituir a crítica da dependência ao modelo econômico brasileiro de 1964 e 1984 e explicar sua dificuldade em elaborar um projeto alternativo para a sociedade brasileira. A Teoria da Dependência era apenas um método analítico ou continha um projeto de desenvolvimento alternativo ao modelo autoritário? Neste trabalho, os principais autores da teoria da dependência fazem hoje uma revisão crítica de suas idéias, de suas avaliações da gestão econômica do período militar e de suas propostas.

PALAVRAS-CHAVES

Teoria da Dependência; Método analítico alternativo; Dificuldades para um projeto de desenvolvimento; Balanço da dependência.

ABSTRACT

The Dependency Theory emerges in the sixties to reevaluate ECLA's model and to offer an alternative to the interpretation of Latin America's social dynamics. Since it carries a more sophisticated analytical method, it has easily surpassed the stagnancy which had been embraced by the remnants of national development, and has become the more consistent criticism to the authoritarian development. This research intends to reconstruct the dependency criticism to the Brazilian economic model from 1964 to 1984, and to explain its problems in elaborating an alternative project for the Brazilian society. Was the Dependency Theory only an analytical method or did it contain an alternative development project to the authoritarian model? In this work, the main authors in the Dependency Theory make a critical review of their ideas, as well as their evaluations of the economic policies during the military period and their proposals.

KEY WORDS

Dependency theory; Alternative analytical methods; Difficulties to a development project; Today's dependency balance.

SUMÁRIO

I.	Introdução	4
II.	A crise do nacional-desenvolvimentismo.....	8
III.	O desenvolvimentismo autoritário	12
IV.	O neomarxismo	23
V.	A nova esquerda	26
VI.	Seminário de <i>O Capital</i>	32
VII.	Fernando H. Cardoso e a Teoria da Dependência.....	37
VIII.	Paul Singer e o ciclo endógeno de acumulação	50
IX.	Conceição Tavares, José Serra e o novo esquema de acumulação	54
X.	Antônio Barros de Castro e a agricultura eficiente.....	56
XI.	Francisco de Oliveira e o modelo endógeno de acumulação	58
XII.	João Manoel C. de Mello, Maria da C. Tavares e o capitalismo tardio.....	63
XIII.	A. Fishlow, E. Bacha, P. Malan e o debate sobre a concentração de renda....	70
XIV.	Conclusão.....	76
XV.	Bibliografia	79

TEORIA DA DEPENDÊNCIA REVISITADA - UM BALANÇO CRÍTICO

Guido Mantega

I. INTRODUÇÃO

O pensamento econômico brasileiro atravessou dos anos 50 a 80 seu período de maior criatividade. Nessa época, os pensadores brasileiros e seus colegas latino-americanos não se conformavam em engolir as teorias dos países avançados, que vinham prontas para o consumo, e empenharam-se em criar o instrumental analítico para entender o que se passava com as economias latino-americanas. Desde logo surgira a percepção de que o processo em curso no Brasil e em outros países da América Latina seguia por um caminho diferente daquele percorrido pelos países avançados. Portanto era necessário criar, se não adaptar, o ideário disponível para entender os passos da constituição do capitalismo brasileiro e, de preferência, orientá-lo para certos objetivos. O que havia sido escrito até então era insuficiente, quando não equivocado e incapaz de responder às necessidades de conhecimento e principalmente de intervenção das quais a sociedade reclamava. Surgia assim uma economia política rebelde, diretamente engajada na busca do conhecimento e sobretudo na descoberta do desenvolvimento econômico, que era reivindicado por amplos segmentos da sociedade. Para construir os modelos de interpretação da economia brasileira esses pensadores não tiveram preconceitos de lançar mão de vários autores e inúmeras teorias, de modo a produzir as categorias que dessem conta da especificidade da dinâmica brasileira.

Não chegaram a construir um arcabouço que estabelecesse um novo paradigma teórico. Porém deram preciosas contribuições para a elaboração de uma teoria do

desenvolvimento econômico em países periféricos. Tempos atrás, um famoso sociólogo disse que a aplicação de uma idéia num outro contexto exige uma adaptação que corresponde a uma verdadeira recriação, ou seja, a elaboração de novas categorias¹. Foi isso que fez o pensamento econômico brasileiro, pelo menos antes de entrar no marasmo dos anos 90.

Desde que surgiu, nos anos 50, o pensamento econômico brasileiro produziu pelo menos cinco grandes correntes de interpretação, que disputaram a preferência da sociedade e influenciaram a ação do Estado, durante todo esse tempo. A primeira grande corrente foi a do desenvolvimentismo, que começou nacionalista e democrática nos anos 50 e virou uma segunda corrente nos anos 60, quando se tornou internacionalista e autoritária com o golpe de 1964, mantendo-se como pensamento hegemônico até os anos 80. Uma terceira corrente foi formada pelos neomarxistas que tiveram certa influência nos anos 60 e 70 sobre a inteligência latino-americana e defendiam teses mais radicais. Uma quarta corrente reuniu os integrantes de uma nova esquerda, que elaboraram uma versão mais bem articulada das idéias marxistas, keynesianas e de outros autores. Finalmente, nos anos 80 surge uma quinta corrente, que começa com a chamada teoria da inflação inercial e vai desembocar no neoliberalismo brasileiro dos anos 90. Tanto os neomarxistas como os integrantes da nova esquerda eram críticos ao desenvolvimentismo autoritário posto em prática pelo regime militar e apresentavam alternativas para o capitalismo brasileiro.

O desenvolvimentismo originou-se da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, do pensamento dos chamados estruturalistas e do modelo de substituição de importações de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Conceição Tavares, enquanto o modelo pioneiro de interpretação conseguiu fornecer importantes subsídios para o entendimento da transição das economias primário-exportadoras para economias

¹ Vide a respeito Fernando Henrique Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar - Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*, 1995, 2ª ed., Vozes, Petrópolis, pág. 29.

industrializadas. Mas ofereceu uma explicação precária da dinâmica da acumulação periférica, vista ainda como um mero reflexo do setor exportador.

Após o golpe de 1964, firmou-se o desenvolvimentismo autoritário, que foi calcado na teoria do desenvolvimento equilibrado de Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e outros teóricos dessa vertente da teoria do desenvolvimento. Essas idéias foram combinadas com os modelos macroeconômicos keynesianos, adaptados pelos economistas brasileiros, principalmente por Roberto Campos, Antonio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen e Afonso Celso Pastore, e resultaram no Modelo Brasileiro de Desenvolvimento que norteou a consolidação do capitalismo dependente brasileiro.

Foi ainda nessa mesma época que surgiu o pensamento dos neomarxistas, com o modelo de desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, Teothônio dos Santos e Rui Mauro Marini, sofrendo forte influência dos marxistas americanos, como Paul Baran, Paul Sweezy, e das teses de Trotsky para os países atrasados, que não viam possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil, mas apenas de um subdesenvolvimento ao qual o País estaria condenado, ao menos que houvesse uma revolução socialista.

Ao mesmo tempo, começa a tomar pé, desde o final dos anos 50, uma nova esquerda no Brasil, que se diferenciava tanto da ortodoxia da esquerda tradicional do PCB, como do dogmatismo dos neomarxistas. É uma esquerda que amadurece o materialismo histórico e dialético, sem preconceitos de enriquecê-lo com idéias de Weber, Keynes, Schumpeter e outros expoentes do pensamento contemporâneo. Dessa lavra surgirão a Teoria da Dependência e a teoria do capitalismo tardio, que centraram a dinâmica da sociedade brasileira nas forças internas, colocando em segundo plano os condicionamentos externos. Seus expoentes, como Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Antonio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, José Serra, João Manoel Cardoso de Mello, conceituaram a dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro, seus ciclos

econômicos, suas determinações internas, a influência das forças externas, o caráter da dependência e outras especificidades desse objeto de análise. Essa nova esquerda, questiona a eficiência do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento do regime autoritário e, sobretudo, seu estilo de desenvolvimento concentrador da renda. Nesse sentido produz-se uma ampla literatura sobre os vários aspectos do capitalismo brasileiro. A questão da distribuição de renda é abordada por Albert Fishlow, Edmar Bacha, Pedro Malan, John Wells, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo; o novo caráter da industrialização e a acumulação oligopolista é objeto dos estudos de Wilson Cano, Francisco de Oliveira, Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa e Guido Mantega; a questão da nova dependência e a dívida externa são abordadas por Paulo Davidoff Cruz, Regis Bonelli, Paulo Nogueira Batista Jr.; a natureza do Estado é analisada por Luciano Coutinho, Henri Philippe Reichstul, Sulamis Dain, Luciano Martins, Lurdes Sola, Sergio Abranches e José L. Fiori. Finalmente, nos anos 80 desenvolve-se a análise da inflação inercial, de Pêrsio Arida, André Lara Resende, Francisco Lopes, Yoshiaki Nakano, Luiz Carlos Bresser Pereira e outros.

Neste trabalho vou analisar as idéias básicas e as obras principais das três correntes que se enfrentaram dos anos 60 aos 80, quais sejam, o desenvolvimentismo autoritário, o neomarxismo e a nova esquerda, com ênfase na teoria da dependência e na teoria do capitalismo retardatário, que estão contidas nesta última corrente. Nesse sentido serão examinados os diagnósticos dessas correntes, a concepção que tinham do capitalismo periférico brasileiro e, por fim, o projeto que defendiam. Cada uma dessas correntes possuía vertentes que serão analisadas de acordo com sua importância.

O leitor pode-se questionar sobre a utilidade de se fazer uma arqueologia do pensamento econômico brasileiro das últimas três décadas, em vez de concentrarmo-nos no conhecimento da atualidade. Com tantas interrogações e incertezas sobre o presente, afinal, qual é a utilidade de se investigar a interpretação dos fatos passados e fazer reviver as teorias que estavam em voga 20, 30 ou mesmo

40 anos atrás? Certamente não é por mera nostalgia, mas porque o entendimento do passado revela os fundamentos do presente. A destruição da memória, diz Eric Hobsbawm, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX². Portanto a reconstituição da história do pensamento econômico é o primeiro passo para saber como a economia brasileira tornou-se o que ela é hoje e para onde ela pode ir.

II. A CRISE DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

O nacional-desenvolvimentismo atinge o auge no final dos anos 50 na esteira do Plano de Metas e começa a se encaminhar para uma crise, que vai ganhando forças no final do Governo JK. No início dos anos 60, o pacto que sustentava a aliança das forças populistas dava sinais de fadiga e apresentava inúmeras rachaduras. Não havia propriamente uma contestação das principais bandeiras do desenvolvimentismo, que pregava a industrialização, a criação da infra-estrutura ou a modernização do País. Havia sim objeções quanto à liberdade de manifestações populares e às reivindicações salariais que se multiplicavam nesse período. Vários segmentos das classes dominantes e mesmo da classe média estavam descontentes com a mobilização e a crescente capacidade de reivindicação das classes populares, que aumentavam com a ineficiência dos governos e a deterioração do desempenho econômico.

Com a economia quase estagnada e dificuldades nas contas externas, ficava cada vez mais difícil conciliar a manutenção das taxas de lucratividade, como pretendia a burguesia, com os aumentos salariais exigidos pelos trabalhadores. Os segmentos da burguesia que prosperaram com o desenvolvimentismo estavam receosos com as atitudes muitas vezes inesperadas dos líderes populistas, como Jânio Quadros ou

² Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*, 1995, 2ª ed., Companhia das Letras, pág. 13.

João Goulart, e perdiam o sono com as ligas camponesas e o crescimento do movimento popular.

O Plano Trienal de Celso Furtado foi a última tentativa, também frustrada, de resolver a alta de preços e outros problemas que emergiram na esteira do Plano de Metas. A crise do populismo e os conflitos sociais dele decorrentes conduziram a um impasse, que foi resolvido pelos militares e pelas forças conservadoras em abril de 1964. A aliança de classes que depôs o Presidente João Goulart definiu uma nova estratégia de política econômica que, em maior ou menor medida, seria seguida ao longo de 20 anos.

A crise econômica, que se arrastava desde o início dos anos 60, refletia sobretudo o impasse político no qual mergulhava a sociedade brasileira sob o Governo João Goulart. Na verdade, havia alguns problemas econômicos que agudizavam os conflitos entre os trabalhadores, a burguesia industrial, os camponeses, as oligarquias agrárias e os demais atores da cena política brasileira. Afinal, o Plano de Metas e, particularmente, a construção de Brasília, mobilizaram considerável volume de investimentos, aumentaram o endividamento público e, por volta de 1958, deixaram o governo às voltas com a pressão dos credores externos que queriam enquadrar o Brasil nos parâmetros do FMI.

Após um bom período de gastos e investimentos que sustentaram um crescimento do PIB de mais de 7% ao ano durante a década de 50 (um recorde histórico para a economia brasileira), era preciso recuperar a capacidade de investimento do Estado, renegociar a dívida externa e obter novos financiamentos. Mas, enquanto as taxas de acumulação declinavam e o conflito distributivo se agudizava, era natural que um governo fraco como o de João Goulart entrasse em parafuso. Entretanto não se tratava do esgotamento do processo de substituição de importações como acreditaram Furtado e os partidários da escola cepalina³, mas sim de uma crise momentânea ou conjuntural, como diria Paul Singer, que seria superada pelos

³ Vide a respeito José Luís Fiori, *Em Busca do Dissenso Perdido*, 1995, Insight Editorial, Rio de Janeiro, pág. 19.

governos militares. De qualquer maneira, havia soado o dobre de finados do nacional-desenvolvimentismo.

Os próprios autores do nacional-desenvolvimentismo estavam desiludidos com os resultados alcançados. A industrialização certamente avançara, porém sem a diminuição das desigualdades sociais e as melhorias que as classes menos aquinhoadas esperavam. Assim configura-se um momento de renovação teórica, que iria desembocar em novos diagnósticos e novas perspectivas para a sociedade brasileira.

O nacional-desenvolvimentismo baseara-se sobretudo nas idéias da CEPAL e na criatividade de um conjunto de pensadores latino-americanos, dos quais se destacavam Prebisch e Furtado, fortemente influenciados pelo intervencionismo keynesiano, do qual ambos eram partidários. Esse projeto desenvolvimentista argamassou uma aliança política de amplo espectro, que abarcava desde a burguesia industrial até os trabalhadores urbanos, incluindo numerosos segmentos da classe média. Dessa articulação de forças, nascera o pacto populista, que orientou a ação do Estado durante toda a década de 50. Os autores dessa proposta acreditavam que o desenvolvimento brasileiro dependia da superação do passado agro-exportador e da modernização da sociedade, que se daria por meio de intenso processo de industrialização sob o comando do Estado.

Portanto é na esteira da crise do nacional-desenvolvimentismo e no enfraquecimento do pensamento que o sustentava que vão emergir novas correntes para discutir os rumos da economia brasileira. Do lado mais conservador, configurava-se uma vertente que, no essencial, mantinha o projeto de industrialização e os demais ingredientes do desenvolvimentismo. Porém excluía a participação popular e pregava um regime político autoritário, mais preocupado com o ritmo ou a eficiência da acumulação, do que com a distribuição de renda ou a ampliação do consumo de massas. Tratava-se do desenvolvimentismo autoritário, que seria implantado no País após o golpe militar de abril de 1964 e orientaria a ação do

Estado nas duas décadas seguintes, até a crise dos anos 80. No outro extremo, configurava-se uma corrente marxista dogmática ou neomarxista, conforme a expressão de Albert Hirschman, que negava a possibilidade de uma real industrialização ou de qualquer tipo de desenvolvimento capitalista num país retardatário como o Brasil, submetido a “exploração imperialista”, e pregava a sua transformação pela revolução socialista, como a única saída para a erradicação da miséria e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Era uma corrente minoritária, com alguma penetração nos meios intelectuais, principalmente na Universidade, porém com pequena representação social e baixa capacidade de mobilização popular.

A corrente nacional-desenvolvimentista não morrera com o Golpe de 64, mas fora deslocada dos centros de decisão e tornava-se uma das principais forças de oposição ao desenvolvimentismo autoritário, que agora passara a orientar a política econômica do Estado brasileiro. Entretanto começa a sofrer um intenso declínio, que não se explicava apenas pelo seu deslocamento do poder ou pelo exílio de seus quadros mais importantes, mas também pela sua dificuldade em apresentar diagnósticos e propostas mais convincentes.

Do exterior Celso Furtado continuava produzindo vários trabalhos sobre o subdesenvolvimento e diagnosticava a estagnação da economia brasileira, que, segundo ele, se tornara inevitável nos anos 60, sem as reformas que constituíssem um grande mercado interno de assalariados. Evidentemente havia uma divergência considerável com as teses de Roberto Campos e outros expoentes do desenvolvimentismo autoritário. Furtado advogava mecanismos de distribuição de renda para a formação de um mercado de assalariados, sem o qual a industrialização não prosseguiria, enquanto seus oponentes, agora no governo, sustentavam justamente a contenção do nível de consumo dos assalariados e a manutenção dos salários em patamares mais modestos, para reunir a grande massa de poupança que deveria financiar os investimentos.

Em alguns anos, a realidade demonstraria a falácia da tese estagnacionista sustentada pela maioria dos nacional-desenvolvimentistas. Pois, após um período de ajuste, que durou de 1964 a 1967, a expansão capitalista retomaria no Brasil não apenas sem a reforma agrária e demais modificações estruturais reivindicadas pelos nacional-desenvolvimentistas, mas, ainda por cima, à custa da redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, bem ao contrário de tudo que recomendavam as teses estagnacionistas. Em parte, a rentabilidade do capital foi recuperada à custa da redução dos salários e da repressão dos movimentos reivindicatórios. O movimento sindical foi desarticulado, e as ligas camponesas, dissolvidas com os argumentos das baionetas. Abria-se uma fase de internacionalização da economia brasileira, capitaneada pelo setor de bens duráveis de consumo e baseada num mercado de altas rendas, que agravou a concentração de renda no País. É fase da exclusão social, da repressão aos movimentos populares e da alta concentração de poderes e decisões nas mãos do Executivo.

III. O DESENVOLVIMENTISMO AUTORITÁRIO

Quais foram os rumos que a nova aliança de forças que assumiu em 1964 imprimiu à economia brasileira? Já há algum tempo, desde que começara a crise do nacional-desenvolvimentismo, um grupo de pensadores ligados ao meio empresarial e militar vinha amadurecendo um novo projeto de desenvolvimento. A rigor, não era uma proposta que se opusesse à consolidação da acumulação industrial e financeira no País. Muito pelo contrário, pretendia isto sim acelerá-la, com os instrumentos que o regime de exceção lhes conferia.

As fontes de inspiração teórica dos ideólogos do novo regime eram fundamentalmente as mesmas de seus antecessores. Naquele início dos anos 60, reinava absoluto o pensamento keynesiano, que influenciava as distintas vertentes da teoria do desenvolvimento econômico. Diante do intenso debate sobre o desenvolvimento que se desenrolara nos anos 50, era difícil separar as influências

que vinham de diversas tendências do keynesianismo, menos da parte dos liberais, cujas idéias não tinham o menor peso. Entretanto, dentro do pensamento keynesiano, era possível distinguir pelo menos duas vertentes mais influentes; uma delas que pregava um intervencionismo mais decidido e conectado com o “Welfare State”, que sofria influência até de autores marxistas, e a outra que ainda mantinha vínculos com os preceitos liberais e menos preocupada com o bem-estar social, porém que aceitava o planejamento econômico e as múltiplas formas de intervenção do Estado para acelerar o desenvolvimento. Foi no cruzamento dessas duas vertentes keynesianas que se constituiu o pensamento do desenvolvimentismo autoritário no Brasil.

Na verdade, havia pelo menos dois principais pólos de fermentação desse novo projeto. O primeiro, sediado no Rio de Janeiro e liderado por Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, Dênio Nogueira, Alexandre Kafka e Lucas Lopes, todos eles membros da CONSULTEC, importante “anel burocrático empresarial”⁴ que, entre outras coisas, elaborara o programa de governo do Primeiro-ministro Tancredo Neves em 1962. O segundo pólo, sediado em São Paulo e constituído fundamentalmente pelo professor Antonio Delfim Netto e seus colaboradores na FEA-USP e Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), (os chamados Delfin' boys) como Affonso Celso Pastore, Pedro Cippolari e Eduardo Carvalho.

Roberto Campos mantinha vínculos com a Fundação Getulio Vargas do Rio, onde funcionava o Instituto Brasileiro de Economia - o IBRE - do Prof. Eugênio Gudín, baluarte do liberalismo no Brasil e que vinha fornecendo muitos quadros para a burocracia econômica. Mas, ao contrário do que parece, não era do aparato liberal que Campos e mesmo seu assessor mais ilustre, o jovem professor Mário Henrique Simonsen, extraíam os ensinamentos básicos para a elaboração do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento que eles iriam implantar. Em que pese a simpatia que ambos nutriam por Wiksel e demais representantes da Escola Austríaca e a

⁴ Vide a respeito René A. Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*, 1981, Vozes, Petrópolis, pág. 86.

obsessão de Mário Henrique Simonsen pelos modelos matemáticos, essas teorias não davam as respostas que a economia brasileira requeria para consolidar o capitalismo no Brasil.

Foi num conjunto de autores que não divergiam do pensamento liberal, mas achavam-no insuficiente para dar conta das especificidades das economias periféricas atrasadas, que os pensadores brasileiros encontrariam as respostas. Segundo esses teóricos estrangeiros, o liberalismo e os mecanismos de mercado serviam para regular economias capitalistas avançadas e estimular o seu crescimento, mas eram ineficientes para tirar a periferia do subdesenvolvimento. Estavam nessa corrente Hans Singer, Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Kurkse, Gunnar Myrdal, Arthur Lewis, Allyn Young, G. Colin Clark, W. W. Rostow, Albert Hirschman e Simon Kuznet⁵, a maioria deles gravitava em torno do então importante Departamento Econômico e Social da ONU. Pode-se dizer que cada um desses personagens desenvolveu algum aspecto importante do que seria uma Teoria do Desenvolvimento de economias periféricas. Em que pese algumas divergências, no essencial suas teses são complementares e dão conta dos distintos aspectos da problemática do desenvolvimento. Como não há espaço aqui para uma avaliação exaustiva de todos esses autores, serão enumeradas apenas as idéias que mais influenciaram os intelectuais brasileiros.

Hans Singer era um dos expoentes do Departamento Econômico e Social da ONU que, já em 1946, apontara para a deterioração dos termos de intercâmbio para a periferia, que depois seria desenvolvida pela CEPAL. Segundo ele, as economias subdesenvolvidas como a brasileira possuíam um atributo importante para a obtenção da poupança necessária para impulsionar o desenvolvimento, qual seja, uma desigualdade acentuada na repartição da renda. Desde que os segmentos mais pobres da população detêm uma maior propensão a consumir, deve-se canalizar o grosso da renda para as mãos das classes abastadas, que possuem maior propensão a

⁵ Os principais artigos de boa parte desses pensadores estão reunidos em A. N. Agarwala e S. P. Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*, 1969, Forense, Rio de Janeiro.

poupar. Portanto, nesse processo de “decolagem” das economias atrasadas, era preciso privilegiar a poupança em detrimento do consumo, para alavancar os investimentos necessários para alcançar o desenvolvimento⁶. Era uma concepção “pragmática” da concentração de renda incondicionalmente adotada pelos ideólogos do desenvolvimentismo autoritário brasileiro. Mas as linhas mestras do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento estavam dadas pela Teoria do Desenvolvimento Equilibrado de Ragnar Nurkse, da Universidade de Colúmbia, que fizera uma combinação das idéias de Joseph Schumpeter, Allyn Young e Paul Rosenstein Rodan. Nesses termos, o desenvolvimento econômico resulta, antes de mais nada, de ondas de investimento, que não podem ser capitaneadas pelos empresários da periferia (de acordo com a formulação original de Schumpeter); devido à sua fragilidade, deverão ser promovidas pelo Estado. Em seu célebre artigo “Increasing Returns and Economic Progress” de 1928, Allyn Young procurou demonstrar que os saltos de produtividade conduziram a rendimentos crescentes, a partir de economias externas das quais iriam se beneficiando os novos investimentos produtivos. Assim os investimentos produtivos teriam um efeito cumulativo na medida em que o primeiro empreendedor abre caminho para o segundo empreendedor, este para um terceiro, e para outra indústria, e assim por diante, numa sucessão de vantagens recíprocas ou de economias externas. São essas economias externas que, ao baratear o custo de certas matérias-primas, ou reduzir o custo de transporte, de serviços básicos etc., produzem rendimentos crescentes, que se tornam um fator decisivo para estimular novos empreendimentos. Além disso, é importante assinalar a correlação que Allyn Young estabelece entre produtividade e o nível da demanda. Para ele a elevação da produtividade implica a elevação da produção de bens e serviços por trabalhador, que vai resultar num produto agregado maior e, conseqüentemente, na elevação da renda real do sistema. Mas a renda real corresponde, grosso modo, à demanda agregada ou ao mercado. Portanto o mercado depende, em grande medida, da produtividade. Trata-se de um enfoque que prioriza

⁶ H. W. Singer, “O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico”, em A. N. Agarwala e S. P. Singh, 1969, pág. 387.

a expansão da oferta e da produtividade, uma vez que a demanda é uma decorrência delas.

Com base nesse raciocínio, Ragnar Nurkse vai analisar os “Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos”⁷, em que ele aponta para os dois principais problemas dos países nessa condição: a falta de capital e as limitações do mercado. De acordo com ele, os países subdesenvolvidos estavam mergulhados no círculo vicioso da estagnação, no qual o estímulo a investir era limitado pelas possibilidades restritas do mercado e a pequena dimensão do mercado provém de baixos níveis de produtividade, que resultam de baixos níveis de investimentos. Para romper esse círculo vicioso, ele sugere uma onda de investimentos concatenados em diferentes ramos da produção de modo que uns constituam o mercado para os outros, garantindo a lucratividade de todos. Naturalmente, somente o Estado poderia dar conta dessa tarefa de planejamento e coordenação. Como resolver, então, a escassez de capitais? Nurke sugere duas saídas que entusiasmaram Roberto Campos e os demais artífices do desenvolvimentismo autoritário. Por um lado, a ampliação da poupança interna, comprimindo o nível de consumo da população, que tende a ter uma elevada propensão a consumir devido à imitação dos padrões de consumo dos países avançados. E, por outro lado, a abertura das portas do País para o ingresso de capital estrangeiro, de modo a não exigir tanto da poupança local. Estavam dados os dois principais pilares de sustentação do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento.

Essas idéias a respeito da tendência consumista da população de baixa renda foram totalmente encampadas por Campos, Bulhões, Delfim Netto, Simonsen e todos os expoentes do desenvolvimentismo autoritário. Segundo essa ótica, era preciso conter os salários, coibir as concessões feitas no período populista, elevar as tarifas de serviços públicos para evitar um uso indiscriminado e eliminar outras distorções “consumistas”. Isso não quer dizer que o Estado deve-se eximir-se de participar do

⁷ Vide a respeito Ragnar Kurkse, “Problemas de Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”, 1951, *Revista Brasileira de Economia*, dezembro de 1951, Rio de Janeiro.

processo de desenvolvimento. Muito pelo contrário, desde seus primeiros trabalhos dos anos 50, Campos sempre assinalou a necessidade de uma ampla intervenção do Estado para acelerar o processo de crescimento. Em 1954, Campos publicou o livro *Planejamento do Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos*, que deixava clara sua posição intervencionista. Citando com desenvoltura Oskar Lange e outros adeptos do planejamento estatal e mesmo assumindo o planejamento soviético como exemplo, Campos critica o liberalismo econômico e defende a participação do Estado como única maneira de acelerar o desenvolvimento econômico em países atrasados.

Segundo Campos os países subdesenvolvidos possuem três características que tornam o planejamento econômico e uma ampla intervenção estatal indispensáveis para acelerar o crescimento: em primeiro lugar, a debilidade da iniciativa privada, cujos empresários têm pouca experiência na gestão das empresas e para se aventurar em investimentos de maior monta; em segundo lugar, a baixa concentração de recursos, que dificulta a captação de montantes de capital suficientes para viabilizar investimentos concentrados; e em terceiro lugar, a visão imediatista dos agentes econômicos e dos indivíduos; uns porque preferem as inversões de curto prazo e com retorno rápido e os outros porque preferem o consumo imediato ao entesouramento, provocando escassez de investimentos. Cabe ao Estado compensar a debilidade da iniciativa privada exercendo estímulo simultâneo em vários campos de investimento, assim como tornar-se uma espécie de bacia de concentração de recursos por meio da captação fiscal e manipular esses fundos coletivos, comprimindo o consumo presente em prol da acumulação de capital. Mesmo com todos esses malabarismos do Estado, ainda persiste uma carência de capitais nos países subdesenvolvidos, que pode ser compensada com o concurso da poupança externa, preferencialmente sob a forma de capital de risco. De acordo com Campos, o investimento estrangeiro tem a vantagem de reduzir a pressão inflacionária uma vez que substitui os investimentos públicos, e o Estado não precisa endividar-se para elevar o nível de investimentos da economia, e, ainda por cima, reduz a pressão sobre o balanço de pagamentos. Nesse sentido, Campos era favorável à ampla

abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Foram vários os livros publicados por Campos nessa época, em sua maioria coletânea de artigos defendendo o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, ora fazendo algumas críticas à esquerda, ora outras aos gestores econômicos que o sucederam. O seu trabalho de maior consistência teórica foi *A Nova Economia Política* (1974) em parceria com Mário Henrique Simonsen, antes de *Lanterna na Popa* (1994), o seu livro de memórias.

O segundo teórico mais importante do pólo carioca era o Professor da FGV do Rio Mário Henrique Simonsen. Parente distante de Eugênio Gudin, Simonsen trabalhava com Roberto Campos desde a CONSULTEC e foi encarregado pelo então Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco de redigir a parte macroeconômica do PAEG, principalmente o capítulo sobre a fórmula salarial. Em seus principais trabalhos, Simonsen combina ingredientes keynesianos com componentes monetaristas, resultando num intervencionismo moderado, compatível com a Teoria do Desenvolvimento Equilibrado. Seus trabalhos mais importantes são: *Brasil 2001* (1969), *Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque* (1970), *Brasil 2002* (1972), *A Nova Economia Brasileira* (1974) em parceria com Roberto Campos e *30 Anos de Indexação* (1995), sem contar os vários livros-texto de macro e microeconomia voltados ao ensino universitário.

Em *Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque*, provavelmente seu trabalho de maior repercussão, Simonsen sustenta uma política econômica gradualista de combate a inflação, em oposição ao tratamento de choque receitado pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI. Nada de cortes drásticos dos gastos públicos para alcançar o equilíbrio orçamentário como receitariam os ortodoxos, acompanhados de altas taxas de juros e redução dos salários, que, fatalmente, trariam recessão e desemprego, sem necessariamente baixar a inflação. E a redução ou o congelamento dos salários “seria de considerar-se socialmente desejável”, tanto quanto o aumento do desemprego, tendo em vista o crescimento explosivo da população brasileira. Portanto as agências financeiras externas bem ou

mal tiveram de engolir a “heterodoxia brasileira” do PAEG, diz Simonsen⁸. Não deduza dessas palavras que Simonsen professava uma heterodoxia radical. Na verdade, ele valorizava a utilização da política monetária, combinada com uma política fiscal ativa e mesmo uma política de rendas, a ponto de admitir controles de preços e salários e, em casos extremos, até mesmo congelamentos. Ficava, portanto, a meio caminho entre a ortodoxia e a heterodoxia.

Não há propriamente uma abordagem teórica original nessa análise da inflação feita por Simonsen. Trata-se mais de uma explicação dos mecanismos da inflação e principalmente da forma como ela foi enfrentada pela política econômica do PAEG. A contribuição teórica fica por conta de uma das primeiras referências à inflação inercial na literatura econômica brasileira, que aparece nas páginas de “Inflação”.

A rigor, os ideólogos do regime militar tinham pela frente uma tarefa teórica mais simples do que os seus críticos, pois cabia-lhes, uma vez definido o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, justificá-lo ou fazer ajustes para o seu funcionamento, dentro dos moldes de um modelo de acumulação capitalista. Daí a maior preocupação em operar o capitalismo e viabilizá-lo, mais do que entendê-lo ou modificá-lo, como pretendiam os críticos. Estes últimos tinham ainda a difícil tarefa de propor alternativas e provar sua superioridade, pelo menos para um determinado segmento da sociedade, o que se tornava difícil principalmente nos momentos em que o Modelo Brasileiro de Desenvolvimento ia bem, como na época do “milagre”.

Ao assumir o Ministério do Planejamento em 1964, Roberto Campos permaneceria coerente com as idéias que professara em seus trabalhos anteriores. O Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, feito por ele e por seu assessor Mário Henrique Simonsen, não era ortodoxo ou liberal, conforme acredita a maioria dos analistas, mas um programa heterodoxo e intervencionista, calcado nos princípios

⁸ Vide a respeito Guido Mantega, “O Governo Geisel, o II PND e os Economistas”, 1996, FGV/NPP, mimeo, pág. 17. Citado de Mário Henrique Simonsen, 1970, pág. 11.

da Teoria do Desenvolvimento Equilibrado. Basta ler o preâmbulo do PAEG, que faz uma profissão de fé heterodoxa, dizendo explicitamente que o mercado e o sistema de preços não são capazes de regular a economia capitalista. De fato, naquela época o governo possuía um discurso liberal. Porém praticava ampla intervenção na economia. Para começar, houve um aumento significativo das empresas estatais, e foi feita uma reforma fiscal que ampliou a participação do Estado na renda e no investimento. Além disso, foram criadas agências estatais para financiar empreendimentos de maior envergadura, sejam públicos como privados.

Se, de modo geral, foi praticada uma política econômica intervencionista e desenvolvimentista, houve também aspectos ortodoxos principalmente na gestão monetária do Governo Castelo Branco. A política monetária foi particularmente apertada em 1966 e causou um surto recessivo. Porém não se pode esquecer das condições adversas em que Campos encontrou a economia brasileira em 1964, com Inflação em alta, pagamentos atrasados nas contas externas, desequilíbrio fiscal etc. Era um quadro de crise econômica que exigia medidas de ajuste. Sem dúvida a dupla Campos-Bulhões, que comandava a gestão econômica no Governo Castelo Branco, era mais austera do que seria a gestão de Delfim Netto anos depois. Além da diferença de cenário econômico, certamente mais complicado para os primeiros, existe também uma diferença conceitual que separa dois ministros e principais ideólogos do desenvolvimentismo autoritário. Campos era muito mais suscetível aos princípios da Teoria do Desenvolvimento Equilibrado, que recomendava uma maior atuação do Estado, porém dentro dos parâmetros do equilíbrio das contas públicas, ou seja, sem exagerar nos gastos do governo e por meio de uma política monetária mais convencional. Octávio Bulhões, enquanto Ministro da Fazenda e parceiro de Campos na definição da política econômica, era certamente mais conservador e zelava por um maior equilíbrio das contas públicas.

A gestão Campos-Bulhões constituiu a primeira fase do desenvolvimentismo autoritário, que aplainou o terreno e preparou as condições para uma nova etapa mais avançada da acumulação oligopolista no Brasil. A lei salarial idealizada pelo

assessor Mário Henrique Simonsen garantia o arrocho e a contenção dos salários em patamares compatíveis com nova escalada dos lucros. A reforma fiscal aumentara a arrecadação, equilibrando as finanças públicas. As novas agências de financiamento garantiam os recursos para viabilizar grandes empreendimentos. A grande abertura ao capital estrangeiro possibilitava equilibrar as contas externas e atraía novos capitais de risco. A grande margem de ociosidade do parque produtivo permitiria crescer rapidamente os custos decrescentes. Bastava apenas tirar o pé do freio e colocá-lo no acelerador, liberando crédito, baixando a taxa de juros e demais facilidades para promover o “milagre brasileiro”, conforme faria com muita habilidade Antonio Delfim Netto, Ministro da Fazenda do Governo Costa e Silva.

Do ponto de vista teórico, não houve propriamente uma contribuição original da obra de Campos e demais integrantes do pólo carioca. O que de fato houve foi uma operacionalização bem-sucedida dos preceitos encontrados na Teoria do Desenvolvimento Equilibrado. Se o objetivo era viabilizar o desenvolvimento capitalista, com a contenção do consumo e concentração de renda, não resta dúvida que ele foi alcançado. Mário Henrique Simonsen daria algumas contribuições importantes para o entendimento da teoria da inflação inercial.

Se Roberto Campos e os membros da vertente carioca foram apenas alunos bem-aplicados da teoria do desenvolvimento em voga, qual foi a contribuição de Antonio Delfim Netto e de seus colaboradores do núcleo da FEA-USP para o pensamento econômico brasileiro? A produção acadêmica de Delfim Netto começou com estudos sobre a agricultura brasileira e particularmente sobre o café. Afinal de contas essas questões continham a chave para o enigma da acumulação industrial no Brasil. Paralelamente com Ruy Miller Paiva⁹ também um *expert* na questão agrícola, Delfim Netto fez diagnósticos importantes sobre a agricultura brasileira, demonstrando, entre outras coisas, que ela não constituía um obstáculo a expansão

⁹ Os principais trabalhos de Ruy Miller Paiva são *Problemas da Agricultura Brasileira* (1966) e “Reflexões Sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços no Setor Agrícola do Brasil”, 1966, *Revista Brasileira de Economia*, junho/setembro 1966.

industrial, ao contrário do que pensava a maioria dos analistas da época. Em *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil* de 1966¹⁰, ele procura mostrar que a agricultura brasileira, ou pelo menos parte considerável dela, vinha crescendo e diversificando-se exatamente na medida requerida pelo desenvolvimento. Mas é com seus trabalhos sobre o café que ele demonstra sua acuidade acadêmica. *O Problema do Café no Brasil* (1959), sua tese de doutorado, revela um estudo acurado do comportamento da economia cafeeira e suas repercussões sobre a acumulação industrial. Terminado no mesmo ano de publicação do *Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado, não tinha o charme deste último e alcançou pouca repercussão, devido provavelmente à linguagem econométrica do texto e à dificuldade de fazer a conexão entre a economia cafeeira e a acumulação industrial no Brasil.

Outra contribuição importante de Delfim Netto para o pensamento econômico brasileiro foi a adaptação e divulgação dos modelos macroeconômicos keynesianos. Fortemente influenciado pelo amplo espectro de correntes teóricas heterodoxas dos anos 50 e 60 que pregavam o planejamento econômico e a maior participação do Estado, ele adotou as idéias de Harrod, Domar, Hicks, Solow e outros keynesianos em voga, fazendo uso da econometria e da programação linear. Não está muito claro até que ponto esse instrumental matemático aumentou a visão do processo econômico brasileiro. Mas seguramente tornou o modelo mais elegante e deu-lhe ares de Primeiro Mundo. Convém acompanhar mais de perto a constituição desse modelo.

Em *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico* (1966), Delfim Netto parte do modelo de crescimento Harrod-Domar, porém introduzindo o progresso técnico, de acordo com os avanços de Solow (1957) e de Domar (1961). Portanto, para ele, o desenvolvimento depende fundamentalmente do nível de excedente econômico, desde que esse excedente não seja desperdiçado em consumo, mas sim transformado em nova capacidade produtiva, vale dizer em poupança e novos investimentos.

¹⁰ Antonio Delfim Netto, *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, 1966, Estudos ANPES n. 5.

Entretanto não é somente o aumento do volume de capital que conduz ao aumento da produção e da produtividade, mas principalmente a descoberta de novas formas produtivas ou novos tipos de combinação entre capital e mão-de-obra, vale dizer o desenvolvimento tecnológico. Portanto, para viabilizar o desenvolvimento, é preciso elevar o nível de poupança e acelerar os investimentos, principalmente aqueles que implicam modificações tecnológicas. Em vista disso, a sustentação de uma taxa adequada de expansão econômica exige um crescimento acelerado do setor de bens de produção. Com base nos modelos desenvolvidos pelos keynesianos Mahalanobis (1952), Feldman e Frankel (1961), conclui-se que em longo prazo a taxa de desenvolvimento depende apenas do comportamento da indústria de bens de produção e da proporção de investimentos reconduzida a esse setor. Naturalmente, para elevar a taxa de investimentos, é preciso aumentar os níveis de poupança, que não costumam ser muito elevados nos países atrasados. Pelo contrário, o processo de urbanização e o contágio da população com novos hábitos de consumo tendem a elevar a propensão de consumo da população, dificultando a obtenção de um nível de poupança de 25 a 30% do produto bruto, taxa essa que viabilizaria um crescimento acelerado do produto de até 10% ao ano¹¹. Por esse raciocínio, não há outra saída para acelerar o desenvolvimento senão a contenção do consumo. Portanto havia pleno entendimento entre Campos, Simonsen e Delfim Netto quanto à política de arrocho salarial. Aliás, quando todos eles se tornaram gestores da economia brasileira, levaram ao pé da letra essas diretrizes de comprimir o consumo da população de baixa renda e facilitar a acumulação de capital de todas as formas possíveis, utilizando a estrutura do Estado e o concurso do capital estrangeiro.

Certamente Delfim Netto foi a figura mais importante do núcleo de intelectuais que se formou em torno da FEA-USP e IPEA e se engajou na defesa do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, não apenas pelos postos que ocupou na Administração Pública e pelos seus contactos com o empresariado, mas também pela sua liderança e capacidade intelectual. Seus colaboradores mais próximos,

¹¹ Vide a respeito Guido Mantega, "Delfim Netto e a Consolidação do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", 1996, FGV/NPP, mimeo, São Paulo, pág. 6.

como o Affonso Pastore, Pedro Cippolari e outros, não produziram trabalhos teóricos expressivos, talvez porque foram rapidamente absorvidos pelo setor público e privado.

IV. O NEOMARXISMO

Não foi fácil para a esquerda conviver com a derrocada das teses estagnacionistas e o sucesso econômico do desenvolvimentismo autoritário. Mas, apesar das evidências em contrário, vários pensadores de esquerda continuaram insistindo que a industrialização era inviável no Brasil. É verdade que, até o final dos anos 60, o panorama econômico-brasileiro permanecia nebuloso, principalmente após a recessão produzida pelo aperto monetário de 1966.

Enquanto a crise econômica não se resolvia, os membros de oposição rearticulavam-se e buscavam explicações e novas saídas para enfrentar as forças da ditadura militar. O PCB, que era o maior agrupamento da esquerda marxista, contido no pacto populista, sofreria diversos rachas e daria margem ao surgimento do PC do B e de um conjunto de outros pequenos partidos, que abandonaram a via pacífica para o capitalismo e partiram para a guerrilha e o enfrentamento armado do regime militar. A rigor, a maioria desses grupos políticos não reformulou sua interpretação da realidade brasileira, e seus teóricos continuaram engajados na luta pela revolução democrática burguesa, que varreria o latifúndio improdutivo e os restos feudais para estabelecer o capitalismo no País. Só que agora pela via armada e pela ação de seus minguados quadros, que não empolgavam nenhum contingente significativo da sociedade brasileira¹².

A permanência da crise econômica, até quase o final dos anos 60, levava água também ao moinho dos grupos neomarxistas que, diferentemente do PCB, achavam

¹² Para uma abordagem mais demorada dessas correntes, vide Guido Mantega, 1984, pág. 168.

impossível um desenvolvimento capitalista no Brasil e pregavam a passagem direta para o socialismo. Foi nesse contexto que ganharam repercussão as idéias de André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, estes dois últimos os principais porta-vozes das teses neomarxistas no País¹³. Para esses autores não havia meio termo para um país semicolonial e num papel de subordinado no concerto capitalista mundial. Somente a revolução socialista poderia libertar o País do subdesenvolvimento e da estagnação a que estaria condenado enquanto satélite das grandes potências. É que o imperialismo retira dos países colocados sob o seu raio de ação boa parte do excedente, deixando recursos insuficientes para que se instaure um verdadeiro processo de acumulação. No máximo, poderia haver o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, conforme sustentava o livro de André Gunder Frank, um dos expoentes dessa corrente.

André Gunder Frank ficou conhecido no Brasil com a crítica que fizera à tese feudal do PCB, a partir do artigo “A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo”, publicado na Revista Brasiliense de fevereiro de 1964. Mas seu interesse maior era caracterizar o sistema capitalista mundial e as relações entre os centros avançados ou metrópoles e os países periféricos ou satélites. Nesse contexto, ele procurou demonstrar que o subdesenvolvimento é uma permanente criação e recriação do imperialismo, uma vez que as metrópoles se apropriam sistematicamente do excedente produzido pela superexploração dos trabalhadores dos satélites, subtraindo todo o potencial de acumulação destes últimos países. Além disso, a metrópole provocaria toda a sorte de distorções no satélite, fazendo com que se repetisse, no interior deste, o mesmo esquema metrópole-satélite. Assim, no caso brasileiro teríamos pólos de desenvolvimento expropriadores (o Centro-Sul) e os pólos de subdesenvolvimento expropriados (o Nordeste, por exemplo). Isso não impede que se estabeleça um processo de industrialização nos setores mais avançados dos satélites. Porém trata-se de uma industrialização incipiente, que se

¹³ Via de regra esses pensadores são enquadrados no rol da Teoria da Dependência mais em função do objeto de análise, as sociedades dependentes, do que propriamente em função da abordagem teórica, do diagnóstico e do projeto político, que a meu ver guardam uma grande distância das teses centrais dessa teoria.

mantém dependente de importações de bens de intermediários e bens de capital. Em resumo, a industrialização dos satélites não tem chances de se completar, seja pela constante expropriação do excedente, seja pela estreiteza do mercado consumidor devido à superexploração do trabalho.

Coube a Rui Mauro Marini, outro expoente do neomarxismo, esclarecer a tese da superexploração do trabalho e do subimperialismo brasileiro. Em seu livro *Dialética de la Dependência: La Economía Exportadora* (1972), ele sustenta que as burguesias dos satélites tinham de explorar duplamente a força de trabalho de seus países para poder transferir boa parte do excedente para as metrópoles e ainda reter uma parte dele para valorizar o seu capital. Essa superexploração da força de trabalho, num país com uma estrutura agrária atrasada, resulta num mercado consumidor incipiente para realizar a produção industrial. A saída era ocupar os mercados de países menos desenvolvidos que o Brasil, tentando reproduzir em escala local a relação metrópoles-satélites.

Se o desenvolvimento capitalista não tem condições de se realizar nos satélites subdesenvolvidos, explica Teothônio dos Santos, outro expoente dessa corrente, só restaria duas alternativas para os países submetidos à dominação do capitalismo central: permanecer subdesenvolvidos ou enveredar para uma revolução socialista, conforme sustenta Dos Santos em *Dependência e Cambio Social* (1970) e *Socialismo y Fascismo* (1972). Por outro lado, a superexploração dos trabalhadores conduziria a uma agudização do conflito social, que se viabilizaria somente com regimes de força, vale dizer com o fascismo. Portanto a sociedade brasileira estaria numa encruzilhada entre o fascismo e o socialismo, conforme sugere o título de um de seus trabalhos.

Do ponto de vista metodológico, os neomarxistas eram mais bem dotados que os teóricos do PCB, o que os aproximava um pouco mais de uma análise dialética da realidade brasileira. Porém esses pensadores permaneciam limitados por certos dogmas e a uma concepção estática, parada no tempo, da relação entre os países

capitalistas avançados e seus satélites atrasados¹⁴. Não cabe aqui uma crítica demorada dessa corrente que, de resto, já foi feita por diversos autores¹⁵ e não resistiu à realidade dos fatos, principalmente após a retomada da acumulação que se daria com o Governo Costa e Silva.

V. A NOVA ESQUERDA

Enquanto isso, começam a surgir da Universidade e demais redutos da inteligência brasileira outras abordagens que não se confundiam com as teses estagnacionistas nem com as teses neomarxistas. Eram análises que rejeitavam a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autóctone, e divorciado do capital estrangeiro, como queria parte dos nacional-desenvolvimentistas, assim como recusavam a inevitabilidade do fascismo ou do socialismo, conforme sustentavam os neomarxistas. Admitiam, isto sim, que estava em curso no Brasil um desenvolvimento capitalista, que se diferenciava do padrão clássico, pois era um desenvolvimento dependente e associado ao grande capital internacional. Foi essa nova esquerda que produziu, entre outras coisas, os trabalhos que podem ser enquadrados sob o rótulo da Teoria da Dependência e a Teoria do Capitalismo Retardatário ou Tardio.

A rigor, não existe uma conceituação precisa para definir o que de fato é a Teoria da Dependência e quais são os trabalhos que se enquadram nela. Aliás muitos autores até questionam essa condição de “teoria” atribuída à produção de um conjunto de autores, que pensaram o capitalismo periférico de uma maneira *sui generis*¹⁶. Palma

¹⁴ Para uma abordagem mais completa da corrente neomarxista, vide Guido Mantega, 1984, cap. V.

¹⁵ Fernando Henrique Cardoso e José Serra fizeram exaustiva crítica desses autores em diversas ocasiões, desde o “Dependência e Desenvolvimento”. Para uma análise em profundidade dos neomarxistas vide Guido Mantega, 1984, cap. V.

¹⁶ Vide a respeito Gabriel Palma, “Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?”, in *World Development*, V. 6, Pergamon Press, 1978, Grã-Bretanha.

distingue três abordagens ou três correntes dentro da teoria da dependência. Uma primeira corrente constituída por André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Teothonio dos Santos, O. Caputo e Pizarro; uma segunda vertente, liderada por Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, e uma terceira constituída a partir dos trabalhos de Cardoso e Faletto. Não vejo nenhuma vantagem em colocar todos esses autores no mesmo saco, uma vez que defenderam teses e fizeram diagnósticos muito diferentes dos rumos do capitalismo periférico. Nesse sentido, parece-me lícito excluir Frank, Marini, dos Santos e todos aqueles que classifiquei como neomarxistas e compartilhavam a tese da inviabilidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia, da corrente da dependência, e deixar nela a vertente de Furtado e Sunkel de um lado, e a de Cardoso e seguidores de outro, cujas diferenças são menores, se bem que significativas. Assim, classificarei como dependentistas aqueles pensadores que fizeram um esforço de superação das teses cepalinas, estagnacionistas e neomarxistas e conseguiram desenvolver uma nova abordagem do capitalismo retardatário brasileiro, baseada na estrutura de dominação, na luta de classes, enfim nos seus determinantes internos. Trata-se de uma classificação que privilegia as afinidades teóricas dos autores e exclui aqueles que se distanciaram em termos de concepção, diagnóstico e projeto político do capitalismo periférico.

No Brasil, o trabalho que marcou a entrada em cena da nova corrente foi o *Desenvolvimento e Dependência da América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que começou a circular numa versão mimeografada em 1967 e foi publicado no Brasil somente em 1970. Outro livro que também vislumbrava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista no Brasil é o *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* de Antonio Barros de Castro, publicado em 1969. Um trabalho igualmente importante para explicar a retomada do crescimento e a nova fase do capitalismo brasileiro do pós-1968 foi o “*Além da Estagnação*” de José Serra e Maria da Conceição Tavares, publicado no *El Trimestre Económico* em 1971. Daí para a frente, os trabalhos da nova esquerda multiplicaram-se e caminharam em várias direções. Desde “*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*” de Francisco de Oliveira, publicado em 1972, passando pelo *O Capitalismo Tardio* de

João Manoel Cardoso de Mello de 1975, houve uma grande safra de trabalhos de vários autores que renovaram o pensamento econômico e gestaram novas interpretações da realidade brasileira e latino-americana.

Sem dúvida, o nacional-desenvolvimentismo, enquanto projeto político-econômico, não satisfazia um segmento significativo da inteligência brasileira. O golpe de estado de março de 1964 e a derrocada do pacto populista apenas puseram a nu as deficiências desse projeto, que tentava reunir no mesmo barco os destinos da burguesia brasileira e das camadas populares. Assim que o sapato apertou e o movimento popular ficou incômodo, a burguesia “nacionalista” pulou fora de uma aliança de classes que era tênue e existia mais na teoria dos nacional-desenvolvimentistas do que na prática. E ainda por cima uniu-se aos proprietários de terra, aos latifundiários, ao capital estrangeiro, enfim a todos aqueles a quem ela deveria se opor, segundo a doutrina desenvolvimentista. Estava claro que havia uma grave deficiência na análise e no diagnóstico que a esquerda fazia da situação socioeconômica brasileira e que a conduzia a uma direção equivocada. Era preciso buscar novas alternativas para a compreensão da sociedade brasileira e novos projetos de sua transformação.

Mas essa insatisfação não era nova e já desde o final dos anos 50 fazia germinar uma nova esquerda no Brasil, empenhada na busca de outros filões interpretativos, que se tornariam importantes nos anos subseqüentes para a crítica aos governos militares e na articulação de caminhos alternativos para a sociedade brasileira. Essa nova esquerda era constituída por uma geração mais recente de economistas, historiadores, sociólogos, filósofos e especialistas de outras disciplinas correlatas, e possuía uma formação mais robusta que seus antecessores da velha esquerda.

Como nasceu e onde se formou essa nova esquerda? Foram vários os focos de fermentação de novas idéias, geograficamente situados principalmente no circuito Rio-São Paulo. Até o final dos anos 50, o principal pólo de produção de idéias e projetos políticos, tanto da esquerda como da direita brasileira, estava situado no

Rio de Janeiro, que continuava sendo o eixo político da República, mesmo depois da inauguração de Brasília. Afinal era lá que estavam tanto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e até mesmo a sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outros partidos, ao lado da Fundação Getulio Vargas e das primeiras Faculdades de Economia, Sociologia e Política do País. Era no Rio de Janeiro que se localizavam os principais meios de comunicação do País, como rádios, jornais, editoras e outros centros de repercussão de idéias.

Porém, em algumas faculdades da Universidade de São Paulo, iniciava-se um processo de fermentação teórica que promoveria, se não o deslocamento do pólo da criação intelectual do País para São Paulo, o centro econômico do capitalismo brasileiro, pelo menos sua partilha com o Rio de Janeiro. No âmbito da economia, firmava-se a Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, que já rivalizava com a Fundação Getulio Vargas do Rio na colocação de quadros do aparelho de Estado e na elaboração da teoria que iria influenciar fortemente a política econômica a partir do final dos anos 60, quando Delfim Netto e sua equipe assumiriam as rédeas da máquina econômica brasileira.

Enquanto isso, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFCH) da USP, um grupo de intelectuais de áreas distintas iniciava uma discussão que se revelaria fundamental para a renovação das idéias da esquerda no Brasil. As análises da sociedade brasileira, produzidas no âmbito do ISEB e adjacências do nacional-desenvolvimentismo, eram muito primárias para satisfazer o padrão acadêmico mais exigente da nova leva de professores e estudantes, formados à luz de cursos no exterior e das aulas ministradas por professores especialmente convidados de universidades européias e norte-americanas. Tampouco satisfaziam as análises calcadas num marxismo positivista dos teóricos oficiais do PCB, que apenas transpunham para o Brasil as fases de desenvolvimento dos outros países capitalistas.

Para entender melhor a especificidade da sociedade brasileira e a natureza de suas transformações sociais, era preciso lançar mão de um método bem mais sofisticado do que a dialética simplificada dos marxistas-desenvolvimentistas do PCB. Não era por acaso que o diagnóstico dos desenvolvimentistas isebianos e o dos comunistas do Partidão em muito se aproximavam, quando não coincidiam. Na verdade, ambos comungavam um projeto de implantação do capitalismo industrial com forte coloração nacionalista. Este seria o projeto nacional e popular que corresponderia ao avanço do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, para usar o chavão corrente. Não há porque se condenar as limitações da abordagem isebiana e da velha esquerda, as quais faziam parte das limitações que o País exibia em termos de desenvolvimento intelectual. Os pioneiros, que desbravaram novos horizontes de conhecimento, não tinham onde se apoiar para formular suas hipóteses. Enquanto os que vieram depois valeram-se dessas abordagens primitivas para enxergar mais longe. Subiram nos ombros dos pioneiros para ver um horizonte maior. Portanto a nova esquerda deve muito à velha esquerda.

Naquela época, no final dos anos 50, já havia alguns pensadores que procuravam fugir da camisa de força das análises isebianas e do marxismo oficial e davam os primeiros passos em direção a uma visão mais ampla e aguçada da realidade brasileira. Um dos mais expressivos representantes da inteligência brasileira era Caio Prado Jr., que não só fomentava a discussão teórica e política nas páginas da sua Revista Brasiliense, que ele fundara com Monteiro Lobato, como escrevia as primeiras análises buscando romper com a rigidez do PCB. Caio Prado Jr. recusava-se a fazer uma aplicação mecânica no Brasil da trajetória da revolução democrático-burguesa, que tinha conduzido diversos países europeus do feudalismo ao capitalismo. Em contraposição ao método “etapista” do PCB, ele sustentava que o capitalismo colonial brasileiro era fruto da expansão colonial do capitalismo mundial e estava a ele subordinado. Dava um passo importante para se entender a especificidade do capitalismo brasileiro e sua inserção no circuito de acumulação internacional. A preocupação de Caio Prado Jr. em aprimorar seu instrumental teórico valeu-lhe um entendimento maior da dialética marxista e da lei do valor, que

produziram pistas importantes e formulações decisivas sobre vários aspectos da realidade brasileira. São dele as primeiras hipóteses sobre a falta de vocação nacionalista da burguesia brasileira, que depois seria desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, assim como a primeira crítica mais articulada contra a tese feudal do campo brasileiro. Trabalhando praticamente sozinho e contra a maré do marxismo simplificado dos seus companheiros de PCB, Caio Prado foi um pioneiro que plantou idéias e teve intuições que foram desenvolvidas por seus sucessores¹⁷.

Por mais que as diversas contribuições de desenvolvimentistas, marxistas, neomarxistas, neokeynesianos e independentes, que despontaram nos anos 50, ampliassem o horizonte das ciências sociais brasileiras, “faltava dar o passo decisivo na direção da maioria científica, com a modernização da teoria e a ênfase na pesquisa empírica”¹⁸.

Movidos pela vontade de enxergar mais longe do que as doutrinas disponíveis lhes permitiam, um grupo de jovens professores e estudantes empreenderam uma viagem teórica que iria conduzi-los a um conhecimento muito mais avançado do que a elaboração teórica preexistente. Tratava-se de conhecer melhor as profundas transformações que estavam em curso no País e, na medida do possível, direcioná-las para uma sociedade mais próspera e igualitária. Desde a Segunda Guerra Mundial difundira-se em praticamente todos os países capitalistas, atrasados ou adiantados, a reivindicação das massas urbanas pelo crescimento econômico. A palavra-chave para todos os segmentos do centro e da esquerda passou a ser o desenvolvimento econômico. Como traduzir essas metas em propostas concretas ou num projeto que acomodasse os interesses das classes sociais emergentes nos cenários políticos dos diversos países? No mínimo era preciso conhecer melhor essa realidade, mapear os interesses de classe e verificar para onde as transformações

¹⁷ Uma análise mais abrangente de Caio Prado Jr. encontra-se em Guido Mantega, 1995, “Marxismo na Economia Brasileira”, em *História do Marxismo no Brasil*, V. II, Editora da UNICAMP, Campinas, pág. 108 e seguintes.

¹⁸ Paulo E. Arantes, “Origens do Marxismo Filosófico no Brasil - José Arthur Giannotti nos anos 60”, em João Quartim de Moraes (org.), 1995, *História do Marxismo no Brasil*, V. II, Editora da UNICAMP, Campinas, pág. 128.

poderiam ser conduzidas. A “práxis” política exigia uma teoria, ou um conhecimento mais agudo da sociedade que se queria transformar. Daí nasceu uma teoria ou uma ciência social diretamente orientada para a luta política.

VI. SEMINÁRIO DE *O CAPITAL*

Um passo importante nessa direção foi dado no Brasil no final da década de 50, quando um grupo de intelectuais organizou um estudo sistemático de *O Capital* e de outras obras angulares do capitalismo contemporâneo. “Sob inspiração do filósofo José Arthur Giannotti reuniu-se o que viria a ser um dos segmentos mais expressivos da inteligência brasileira das várias áreas de conhecimento”¹⁹. Além de Giannotti, participavam do seminário de *O Capital* os economistas Paul Singer e Sebastião Advíncula da Cunha, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Octávio Ianni e Ruth Cardoso e o historiador Fernando Novaes. “Com o estatuto de aprendiz apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado, Francisco Weffort, Michael Löwy, Gabriel Bolaffi e Roberto Schwarz”²⁰. Esses personagens, que demonstrariam um grande poder de irradiação nos círculos universitários, procuravam não apenas compreender corretamente a dinâmica capitalista, mas sobretudo observá-la no contexto específico da realidade brasileira. Iniciava-se, assim, uma discussão sobre o materialismo que inaugurava uma reflexão sobre o método e as análises específicas de realidades particulares, que não se detinha em Marx, mas abrangia autores com compreensões próximas ou complementares à obra marxista²¹.

O grupo de estudos começou a funcionar em 1958 e dedicou-se não apenas aos três tomos de *O Capital*, mas mergulhou também nos *Manuscritos Econômicos e*

¹⁹ Vide a respeito Guido Mantega, 1995, pág. 114.

²⁰ Roberto Schwarz, “Um Seminário de Marx”, Folha de S. Paulo, 08/10/95, págs. 5-4.

²¹ Vide a respeito Guido Mantega, 1995, pág. 114.

Filosóficos de 1844 de Marx, no *O Capital Financeiro* de Hilferding, na *História e Economia* de Weber e na *Teoria Geral de Keynes*. O predomínio dos filósofos, sociólogos e politicólogos não impediu que os textos escolhidos fossem predominantemente de economia política, aliás seguindo as pegadas do próprio Marx, que produziu *O Capital* e suas obras de maturidade debruçado sobre os livros de Smith, Ricardo, Mills e dezenas de outros teóricos da economia política clássica. Esse arsenal de livros objetivava compreender o capitalismo contemporâneo e o funcionamento de uma sociedade periférica, em grande medida subordinada aos interesses das metrópoles capitalistas. Infelizmente o seminário só durou seis anos e foi dissolvido em 1964, logo após o golpe militar e a aposentadoria prematura de vários de seus membros, que lecionavam nas várias unidades da Universidade de São Paulo. Entre eles Octávio Ianni, Paul Singer e o próprio Fernando Henrique, que teve de fazer as malas e rumar para o Chile a fim de escapar de um mandato de prisão.

Entretanto estavam lançadas as bases para um novo estágio das ciências humanas no Brasil. Foi um trabalho seminal que condicionou o florescimento de um novo pensamento da esquerda brasileira. Esses pensadores iriam muito além das análises destituídas de originalidade que a velha esquerda transplantara dos países capitalistas pioneiros, assim como ultrapassava as deficiências da teoria cepalina da substituição de importações e do desenvolvimentismo em geral. E aqui cabe fazer um reparo para evitar um mal-entendido daqueles leitores que esperavam encontrar um trabalho de pensamento econômico *strictu senso*, nos moldes tradicionais. Creio que não se pode abordar o nacional-desenvolvimentismo, a teoria da dependência e outras doutrinas dessa natureza, como meras correntes de interpretação econômica. Na realidade, trata-se de sistemas ideológicos amplos, que abrangem aspectos políticos e sociais, além naturalmente de uma interpretação econômica. Dessa forma, estou utilizando um conceito de pensamento econômico *latu senso*, próximo do conceito de economia política, que não se resume à micro e à macroeconomia, mas abrange a política, a luta de classes, o Estado e outros aspectos que configuram a dinâmica de uma sociedade capitalista. Sem um conceito de pensamento

econômico mais amplo, não seria possível abranger nessa qualificação os trabalhos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, parte dos quais abordou temas cruzando a economia com a política.

A grande tarefa que se colocava no horizonte desse grupo privilegiado de intelectuais brasileiros era a de estabelecer as devidas conexões entre o capitalismo contemporâneo e a sociedade brasileira ou latino-americana, fugindo dos esquemas colonial e imperialista que vários pensadores da esquerda mundial, como Paul Baran, Paul Sweezy, Immanuel Wallerstein, Alghiri Emmanuel, André Gunder Frank e muitos outros, nos ofereciam, com baixo poder explicativo. Esses pensadores estrangeiros enxergavam a dinâmica capitalista retardatária muito mais pela ótica dos países avançados, desconhecendo a dinâmica interna das ex-colônias. Os países retardatários eram invariavelmente vistos como meros quintais dos países imperialistas, expropriados de suas riquezas e do excedente que iria engrossar a acumulação dos centros hegemônicos. Ou então como fornecedores de matérias-primas e produtos primários em geral, que também transferiam seu excedente por meio de um intercâmbio desigual entre metrópoles e satélites. Em ambos os casos, tratava-se de uma generalização simplista que servia, quando muito, a uma dezena de repúblicas de bananas, mas certamente revelava-se inútil para as sociedades mais complexas da América Latina.

A CEPAL e algumas vertentes do desenvolvimentismo conseguiram enxergar um pouco mais longe em relação a essa visão primitiva, a ponto de identificar uma burguesia industrial e outras forças internas. Porém ainda estavam presas a uma visão reflexa da dinâmica brasileira, determinada de fora para dentro. Foi nesse ponto que a nova esquerda teve oportunidade de avançar. Colocou o foco de sua análise nos condicionantes internos da dinâmica social brasileira, revelando enfim os verdadeiros determinantes de uma sociedade capitalista retardatária e dependente, a partir de uma análise materialista e dialética inspirada diretamente em Marx.

Os primeiros trabalhos com esse enfoque mais apurado partiram dos vários pólos de renovação das ciências sociais brasileiras e particularmente do grupo do seminário de *O Capital*. No início dos anos 60, Fernando Henrique Cardoso defendia uma tese de doutorado com o título de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, publicada em 1962, que inaugurava a safra de trabalhos da nova esquerda. Conforme sugere o título da tese, tratava-se de um estudo das relações entre o capitalismo e a escravidão no Rio Grande do Sul, ou seja, do estudo de um modo de produção mais avançado e de relações ou formas “atrasadas” de exploração. Conforme salientou Roberto Schwarz, procurava-se “entender a funcionalidade e a crise das formas ‘atrasadas’ de trabalho, das relações ‘arcaicas’ de clientelismo, das condutas ‘irracionais’ da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia”²². E aqui é inevitável lembrar de Caio Prado Jr., que abriu caminho para essa análise de classes da realidade brasileira e foi certamente o pioneiro na superação dos esquemas etapistas do velho marxismo funcionalista. Segundo este último, qualquer relação de produção que não a de trabalho assalariado representava uma forma pré-capitalista, um entrave ao progresso e ao desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas em geral. Já as novas formulações, a começar com a de Caio Prado Jr., demonstravam como essas formas sociais podiam conviver e em que medida o escravismo e outras formas “arcaicas” de exploração do trabalho muitas vezes eram uma criação do próprio capitalismo.

As novas formulações exigiram criatividade e sobretudo rebeldia em relação à teoria social desenvolvida nas universidades dos países hegemônicos. O problema nem vinha tanto da esfera do pensamento econômico, que naquela época irradiava sobretudo idéias keynesianas. Era no campo da teoria sociológica e política que o discurso ficava mais tradicional. Os expoentes da sociologia, como Talcot Parson, Emile Durkheim, Karl Mannheim, Max Webber, Ralf Darendorf eram dissecados nos cursos da Faculdade de Filosofia, onde se formou a maioria dos membros da

²² Roberto Schwarz, “Um Seminário de Marx”, Folha de S. Paulo, 08/10/95, págs. 5-6.

nova esquerda. E mesmo aqui os nossos jovens intelectuais souberam extrair os ensinamentos que esses autores estrangeiros podiam oferecer, sem aceitar as fórmulas prontas. Fizeram uma síntese dialética da sociologia funcionalista americana, do interacionismo weberiano e do materialismo histórico de Marx, temperado com molho do keynesianismo.

Certamente a contribuição teórica predominante do grupo que participava do seminário de *O Capital* foi compreender o materialismo histórico e dialético e transformá-lo num instrumental teórico que pudesse ser aplicado no Brasil. Foi assim que eles desenvolveram as ferramentas que possibilitariam a elaboração de análises de classes da sociedade brasileira, vale dizer abordagens que privilegiavam as relações e as forças internas na determinação da dinâmica social ou a maneira pela qual as forças externas aqui se materializavam e interagiam com as internas. Colocado de uma maneira simples, Marx havia enunciado que é preciso identificar em cada sociedade ou modo de produção as classes dominantes e dominadas, cujos interesses e conflitos (a famosa luta de classes) irão animar a dinâmica dessa organização social. Se bem o fundador do marxismo tenha mencionado apenas *en passant* os modos de produção pré-capitalistas, dedicou-se a dissecar o modo de produção capitalista e a luta entre a burguesia e o proletariado, classes sociais que ele caracterizou com maestria.

Porém não era exatamente este o quadro social que caracterizava a sociedade brasileira da metade do século XX, se bem já houvessem burgueses e proletários na cena política, e muito menos aquele que se verificava em períodos mais distantes do nosso passado agroexportador. Em outras palavras, as classes brasileiras não se enquadravam nesse esquema marxista e muito menos nos esquemas da sociologia funcionalista americana, que sequer falava em classes, mas enxergava apenas os indivíduos e, quando muito, os atores sociais ou as massas e as elites. Portanto era preciso conhecer a especificidade da sociedade brasileira, com suas classes particulares, seus interesses e sua articulação com os interesses do capitalismo mundial, conforme recomendava a boa dialética.

VII. FERNANDO H. CARDOSO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

O primeiro passo decisivo na direção correta foi dado pela tese de doutorado do então jovem professor de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP Fernando Henrique Cardoso, que estudava o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Nesse trabalho, havia uma combinação *sui generis* entre o capitalismo mercantil, aquele que explorava a comercialização de produtos primários, e uma espécie de escravismo colonial, que produzia esses produtos agrícolas. Nas palavras de Cardoso, “o sistema de produção escravocrata no Brasil era uma produção aberta para o mundo. Era um regime de latifúndio, baseado na escravidão, mas integrado a expansão do capitalismo mercantil, um regime de competição internacional”²³. Cabia entender a singularidade desse escravismo, uma vez que a história do Brasil não era uma cópia do que estava acontecendo lá fora.

Entretanto é em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964) que Fernando Henrique se defronta com a realidade brasileira dos anos 60 e avança em direção a uma teoria da dependência. Trata-se de um trabalho de sociologia econômica, que concretiza a primeira grande caracterização da realidade brasileira nos moldes do materialismo histórico.

Não é um estudo do passado, como em “Escravidão”, mas coloca o foco na situação presente, em meados dos anos 60, a partir de uma caracterização mais ampla da sociedade brasileira. FHC e a equipe de pesquisadores que o ajudou não se satisfizeram em discutir um esquema teórico abstrato de uma formação social atrasada. Na verdade, ele foi buscar na observação empírica a elucidação de problemas que o nacional-desenvolvimentismo não resolvia. Segundo esse ideário, o Brasil era um país agroexportador, cuja transição para uma economia urbano-industrial vinha tropeçando na resistência das oligarquias agrárias e nos seus aliados

²³ Fernando Henrique Cardoso, entrevista à Folha de S. Paulo, em 13/10/96, págs. 5-4.

imperialistas, que jogavam contra a industrialização ou a modernização da sociedade brasileira. Os ideólogos mais a esquerda do nacional-desenvolvimentismo, ligados ao ISEB e ao PCB, defendiam a hipótese de que a nascente burguesia industrial era aliada natural do proletariado e das massas urbanas na luta por uma industrialização nacional. Portanto essa burguesia industrial possuía a missão histórica de realizar uma espécie de revolução burguesa, que enfrentasse as classes agrárias atrasadas e também o “inimigo externo”, o imperialismo ou o capital estrangeiro em geral.

Mas o trabalho empírico da equipe de Fernando Henrique apontava a direção contrária. Após uma minuciosa dissecação da burguesia industrial brasileira, o *Empresário* conclui que essa classe não aspirava a realizar qualquer ruptura com as oligarquias agrárias numa revolução burguesa, que a aproximaria do proletariado. Muito menos havia qualquer intenção de se afastar do capital estrangeiro, do qual ela queria mais era se tornar sócia, se não nas empresas, pelo menos no processo de acumulação. Conforme já foi observado, o pacto populista ou o Estado de Compromisso que vigorou nos anos 50 estava em vias de se esboroar naquele início dos anos 60, e a burguesia brasileira na sua maioria conspirava contra o Governo João Goulart, contra os sindicatos e aliava-se aos grupos estrangeiros.

É verdade que esse divórcio da burguesia industrial com o populismo e seus aliados de ontem exacerbava-se justamente no período que Fernando Henrique realizara a pesquisa. O resultado talvez seria outro uma década atrás, quando o Governo Vargas procurava seduzir o empresariado para um projeto desenvolvimentista, conta Celso Furtado, em *Fantasia Organizada* (1985), que vários empresários brasileiros entusiasmaram-se com o projeto cepalino de industrialização que ele apresentou em meados dos anos 50. Mas certamente esse segmento da burguesia brasileira nunca morreu de amores pela mobilização popular, pelo movimento sindical e demais efeitos colaterais do populismo, assim como nunca viu nos empresários estrangeiros e no seu capital qualquer ameaça para seus negócios. Pode-se dizer, portanto, que o empresariado industrial apenas tolerou o nacional-desenvolvimentismo, tirou

proveito dele enquanto lhe interessava e estava em vias de descartá-lo em 1962 quando FHC fez a sua pesquisa.

O estudo de Cardoso iria demonstrar que havia uma burguesia nacional no Brasil que não correspondia a sua congênere européia em termos de predileções, interesses e vocação política. Portanto, para conhecê-la, era preciso cunhar outro conceito de burguesia nacional. O mesmo se aplicava aos conceitos de proletariado, classe média e demais atores que constituíam o cenário político brasileiro daquela época. Ao definir o conjunto de categorias das classes e dos segmentos de classe que configuravam a sociedade brasileira, Cardoso consegue captar a particularidade dessa dinâmica social, perceber suas contradições e tendências, com muito mais precisão que as demais abordagens.

Uma das questões cruciais era saber de onde surgia o “impulso para o desenvolvimento”, ou seja, de “como no interior de uma sociedade subdesenvolvida, baseada na produção agrária de mercadorias coloniais de exportação, surgiram aspirações, motivos e tipos de ação capazes de dinamizar a sociedade tradicional”. Noutros termos, é preciso saber como foi possível organizar e realizar “movimentos sociais” que se propuseram à concretização de um novo modelo de sociedade²⁴. Foi no bojo do próprio processo de industrialização e urbanização que surgiram o proletariado, a classe média, enfim as massas urbanas, a um só tempo massas de manobras e protagonistas de uma nova forma de política. Nas palavras de Cardoso: “A simples presença passiva de novos contingentes sociais não integrados na vida política tradicional foi já fator de desequilíbrio e, portanto, de dinamismo da sociedade tradicional”. ... Entretanto, na definição da nova política, as camadas populares foram mais estímulo do que agente. Não havia na “massa” a sedimentação de uma experiência urbana de vida e as “camadas populares” não se engajavam numa situação econômica e social de classe capaz de

²⁴ Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, 1964, Difusão Européia do Livro, São Paulo, pág. 72.

trazer consigo um projeto de controle do processo de mudança que sua existência colocava como possível”²⁵.

Tampouco coube à burguesia industrial assumir a liderança desse processo, uma vez que o setor mais dinâmico da indústria nacional manteve-se à margem da ação estatal e teve baixa participação na elaboração do projeto desenvolvimentista. Por isso, a condução do processo político não coube às massas urbanas nem à nova burguesia industrial, mas recaiu nas mãos de “grupos sociais ligados às antigas classes médias e à pequena burguesia recém-formada. Expressiu-se através do nacionalismo como uma ideologia “desenvolvimentista” e “estatizante” que teve a defesa de estudantes, profissionais liberais, militares, funcionários públicos etc., que pertenciam às chamadas elites intelectuais”²⁶. Isso não significa que o poder político tenha resvalado para as mãos dessa elite intelectual. Pois as camadas dominantes tradicionais não entregaram a rapadura, mas lutaram, transfiguraram-se e aliaram-se a novos grupos ascendentes para preservar seu antigo poder²⁷.

Mas, no Estado de Compromisso²⁸ que se estabeleceu nesse período, quem mandava mesmo no Estado, pelo menos no que tange a decisões cruciais, era a aliança entre as elites tradicionais dos grupos agrários e financeiros e membros da burguesia industrial, muitas vezes sob a tutela de um líder populista, como Getúlio, Juscelino ou Jânio, que, no frígido dos ovos, realizavam os interesses das elites, a despeito de algumas concessões às “massas”. Afinal, o nacionalismo (pelo menos em Juscelino) era mais retórico, para apaziguar a esquerda, enquanto o capital estrangeiro entrava à vontade na estrutura industrial brasileira.

²⁵ Fernando Henrique Cardoso, 1964, pág. 87.

²⁶ Fernando Henrique Cardoso, 1964, pág. 88.

²⁷ Fernando Henrique Cardoso, 1964, pág. 89.

²⁸ O conceito de Estado de Compromisso foi primeiramente desenvolvido por Francisco Weffort em *O Populismo na Política Brasileira*, 1978, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. Para uma boa análise da importância desse conceito na teoria do Estado brasileiro vide José Luís Fiori, *Em Busca do Dissenso Perdido*, op. cit., pág. 11.

A pesquisa de Cardoso constatava que a burguesia industrial brasileira constituía uma camada social recente e heterogênea, que, até o início dos anos 60, não havia ainda tido tempo para desenvolver uma consciência de classes, no sentido de Lucáks. Oriunda de grupos de imigrantes ou de antigas camadas senhoriais, essa burguesia tinha um passado recente e pouco tempo para desenvolver valores comuns, por isso ainda não reagia como grupo aos problemas com que se defrontava²⁹. Não obstante essa imaturidade, ela sempre soube que o futuro da acumulação seria mais promissor com a presença ou com a ampla participação dos grupos econômicos estrangeiros. Na verdade ela nunca chegou a encampar um projeto de capitalismo autóctone, que era defendido por segmentos da esquerda, mas decidiu-se por um projeto de capitalismo associado, mesmo que este viesse a lhe reservar uma posição subordinada, porém com perspectivas mais sólidas de lucros.

O *Empresário* foi publicado em março de 1964, menos de um mês antes que os militares destituíssem João Goulart e tomassem o controle do Governo, a partir de uma conspiração das velhas oligarquias agrárias com a burguesia industrial e todo o apoio do capital estrangeiro. Estava confirmada a hipótese de Cardoso de associação da burguesia industrial com o capital externo. Além disso, os empresários ainda preferiam aliar-se às classes agrárias tradicionais a aliar-se às massas urbanas e ao proletariado. Definitivamente a burguesia brasileira não era revolucionária, pelo menos no sentido clássico.

A partir do desenvolvimento categorial contido em *Empresário*, a burguesia nacional e outros protagonistas da política brasileira deixam de ser meras abstrações formais, ou figuras extraídas da Revolução Francesa, para adquirir concretude e substância. Estavam lançadas as bases de uma análise materialista e dialética da realidade brasileira. A rigor, o *Empresário* já contém as bases da teoria da dependência que seria explicitada em trabalhos posteriores. Nele Cardoso está mais preocupado em caracterizar a dinâmica de uma sociedade periférica em transformação como a brasileira, a partir de uma abordagem metodologicamente

²⁹ Fernando Henrique Cardoso, 1964, pág. 160.

mais avançada, do que propriamente em adivinhar suas possibilidades futuras. O desenvolvimento capitalista é visto a partir da internacionalização do mercado interno e da associação dos empresários brasileiros com o capital estrangeiro. Essa associação não deve ser entendida *strictu sensu*, enquanto uma participação societária em empresas, mas sim como uma comunhão em torno de um projeto de valorização dos capitais, sejam nacionais ou estrangeiros. Porém não ficava claro aonde ia dar esse empreendimento. Até que ponto o País, mesmo com sua internacionalização, estaria condenado ao subdesenvolvimento? As dificuldades da burguesia industrial brasileira em romper com a estrutura tradicional de dominação sugerem uma liderança “incompleta e contraditória”, semeando dificuldades e pontos de estrangulamento no caminho do desenvolvimento.

Três anos depois de publicar o *Empresário*, Fernando Henrique Cardoso, já no Chile por força dos militares, escreve juntamente com Enzo Faletto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, o livro que o projetaria no circuito intelectual internacional. É um trabalho que transcende o âmbito nacional porque não se circunscreve ao Brasil, mas analisa, sobretudo, as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico nos países da chamada periferia capitalista³⁰. Portanto pretende abranger Argentina, México, Chile, Colômbia, Uruguai e outros tantos países com graus distintos de desenvolvimento econômico e de articulações políticas internas. Não se trata de um trabalho centrado na dependência, apesar de ter ficado conhecido como tal, mas sim de um estudo sobre as formas de desenvolvimento econômico na periferia capitalista. Portanto está mais para uma teoria do desenvolvimento, do que uma teoria da dependência, se bem esta esteja inevitavelmente compreendida no desenvolvimento de países subordinados ao circuito capitalista internacional.

Quem se preocupou mais com as questões externas ou as relações de dependência propriamente ditas foram Paul Sweezy, Paul Baran e mais Immanuel Wallerstein,

³⁰ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaios de Interpretação Sociológica*, 1970, Zahar Editores, São Paulo, pág. 7.

juntamente com boa parte da esquerda norte-americana e de todos aqueles, como André Gunder Frank, que achavam que o subdesenvolvimento era apenas uma construção do imperialismo e a ele permanecia subordinado. Nesses termos, a dinâmica da periferia seria apenas derivada da dinâmica do centro, pelo menos enquanto não houvesse nesses países periféricos uma revolução socialista, que rompesse os laços de dependência. Aí sim, sob essa ótica, a teoria do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento fica reduzida à questão da dependência, mesmo porque não há propriamente desenvolvimento capitalista. Prevalece as relações entre Nações em detrimento das relações internas da Nação dependente.

Mas Cardoso e Faletto diferenciaram-se dessa abordagem e enfatizaram justamente uma dinâmica interna ou os fatores internos para caracterizar um processo que tem muitos graus de liberdade ou distintas possibilidades, se bem persistam laços de subordinação. Em outras palavras, devesse considerar sobretudo a estrutura social e política desses países, ou as forças sociais e políticas que constituem suas estruturas de dominação, aí compreendidas as forças externas do capital estrangeiro ou do imperialismo, que podem ser vistas pelas suas repercussões internas, pelo menos naqueles países onde “a produção é controlada nacionalmente”, e portanto já há uma dinâmica interna de acumulação de capital. Nesse caso, a prioridade deve recair numa teoria do desenvolvimento dos países periféricos.

Nesse sentido, o trabalho de Cardoso e Faletto é, antes de mais nada, uma tentativa de superar o reducionismo econômico da CEPAL e da análise estrutural de modo geral, que privilegiava o processo de substituição de importações e contentava-se com as relações comerciais (ou a deterioração dos termos de intercâmbio), em vez de fazer uma análise em profundidade da estrutura de dominação, que já contém os laços com o capital estrangeiro. Não se trata de negar os aspectos econômicos, mas sim de “buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isso supõe que a análise ultrapasse a abordagem

que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”³¹. Portanto o enfoque dependentista de Cardoso e Faletto vai fazer uma abordagem política que, a rigor, já engloba os aspectos econômicos. Ficava claro que a questão do desenvolvimento deixava de ser uma questão meramente econômica para ser uma questão política.

A principal contribuição de Cardoso e Faletto foi ter definido a metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento e avançado em alguns aspectos de uma teoria do desenvolvimento para países da periferia capitalista, o que já foi uma contribuição decisiva para o amadurecimento das ciências sociais latino-americanas. Não lograram, entretanto, aplicar satisfatoriamente seu próprio instrumental, uma vez que teriam de reinterpretar a história da dinâmica de acumulação nos seus próprios termos, proeza essa que ninguém ainda havia conseguido até o final dos anos 60. Contentaram-se em reaproveitar a periodização da história econômica cepalina (economia agroexportadora, processo de substituição de importações e internacionalização do mercado interno), ao invés de erigir uma outra, ficando limitados por ela, conforme observou Fiori e outros autores que analisaram a teoria da dependência³². Um dos primeiros autores a apontar essa deficiência da teoria da dependência foi João Manoel Cardoso de Mello. Segundo ele, a explicação cepalina para a passagem de uma etapa a outra, aceita por Cardoso, impediu que ele enxergasse a especificidade desse capitalismo³³.

³¹ Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, 1970, págs. 22 e 23.

³² José Luís Fiori diz a esse respeito que “a análise de Cardoso e Faletto, sobretudo da evolução histórica dos principais países latino-americanos, é pouco convincente à medida que articula artificialmente os avatares da luta de classes com uma periodização histórica prisioneira da análise econômica cepalina, que sempre desconheceu o problema do conflito de classes e foi relativamente indiferente à dinâmica real da presença interna dos constrangimentos postos pela dependência”. José Fiori, 1995, pág. 10; sobre as limitações da Teoria da Dependência vide também Lidia Goldenstein, *Repensando a Dependência*, 1994, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

³³ Vide a respeito, João Manoel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, 1982, Brasiliense, São Paulo, pág. 26. Lidia Goldenstein também faz essa crítica a Cardoso em *Repensando a Dependência*, 1994, pág. 46.

Mesmo tendo privilegiado os fatores internos e a estrutura de dominação para explicar a dinâmica social latino-americana, a teoria da dependência continuou dando grande importância aos fatores externos para viabilizar o capitalismo periférico. Segundo essa ótica, o capitalismo periférico depende, para sua implantação, da vontade ou dos interesses do capital externo, sem os quais a industrialização não prosseguiria. Portanto o conceito de dependência buscava qualificar tanto as relações de classe que se estabeleciam no interior dos países periféricos, como as relações entre o centro e a periferia, vale dizer as relações entre Nações. Francisco Weffort assinala que há uma ambigüidade no conceito de dependência, que se refere seja à dependência externa, indicando as relações da Nação com os países centrais, seja à dependência estrutural, que nomeia, ao mesmo tempo, as relações externas e seus efeitos estruturais internos sobre as classes e as relações de produção³⁴. Respondendo às críticas de Weffort, Cardoso argumenta que não há uma oscilação entre privilegiar a classe ou a Nação, mas sim uma “contradição real” entre esses termos, ou seja, “a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado), e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante”³⁵.

Além disso, a Teoria da Dependência não continha, pelo menos explicitamente, um novo projeto político que desse uma resposta ao projeto dos militares e, ao mesmo tempo, fosse uma alternativa ao nacional-desenvolvimentismo, com seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Sob esse aspecto, há uma espécie de fatalismo no dependentismo, que, por um lado, rejeita a revolução socialista dos neomarxistas e, por outro lado, aceita com uma certa passividade o desenvolvimentismo dependente associado. Para a revolução socialista seguramente não havia forças políticas suficientes, e o capitalismo autóctone era uma possibilidade remota. Qual caminho restava então? O desenvolvimento capitalista dependente e associado

³⁴ Vide a respeito Francisco Weffort, “Notas Sobre a 'Teoria' da Dependência: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?”, em *Estudos CEBRAP* n. 1, 1971, São Paulo.7.

³⁵ Fernando Henrique Cardoso, 1971, “Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”, *Estudos CEBRAP* n. 1, Edições CEBRAP, São Paulo, pág. 33.

respondia à Teoria da Dependência. Mas esse era justamente o projeto da nova aliança de classes que se formara em 1964. Portanto faltou a nova esquerda que se constituía a partir dos anos 60 e que não vislumbrava uma revolução socialista (pelo menos no curto prazo), a definição de um projeto alternativo ao desenvolvimentismo, diferente daquele que estava sendo implantado pelos governos autoritários do pós-64. Faltou questionar com mais veemência o tipo de desenvolvimento que se instalava com os militares. Esses pensadores tinham em mente, enquanto modelo de desenvolvimento ou paradigma, o capitalismo dos países avançados, como se fosse o único modelo e o mais adequado à realidade brasileira.

A despeito dessa lacuna e de outras deficiências apontadas por diversos autores, a Teoria da Dependência representou um inegável avanço em direção a uma teoria de desenvolvimento de países capitalistas retardatários. Foi um veio criativo que introduziu algumas idéias originais sobre desenvolvimento econômico periférico. Evidentemente não foi estabelecido um novo paradigma teórico e ficou longe de se construir o equivalente a uma nova teoria marxista da acumulação ou a uma outra teoria keynesiana. O que não impediu que se desenvolvessem idéias originais e interpretações inovadoras sobre a realidade latino-americana, justamente com base nas idéias dos “clássicos” do pensamento ocidental. Certamente “mesmo as mais originais interpretações latino-americanas sobre o desenvolvimento econômico têm raízes extracontinentais”, diz Cardoso em *As Idéias e Seu Lugar* (1993)³⁶. Nem por isso carecem de originalidade, uma vez que o que é novo é precisamente o “requeitado”, ou seja, é a aplicação de uma idéia produzida nos centros culturais num novo contexto, o que implica um enriquecimento³⁷. Nesses termos, pode-se afirmar que a Teoria da Dependência, a semelhança com a teoria cepalina, escreveu um capítulo importante da teoria do desenvolvimento da América Latina e deu uma

³⁶ Editora Vozes, Petrópolis.

³⁷ “A reposição de idéias em novos contextos, longe de ser um processo meramente repetitivo, implica num enriquecimento.” Fernando Henrique Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar*, op. cit., pág. 73.

contribuição decisiva para a construção de uma teoria do desenvolvimento da periferia capitalista.

Vinte e tantos anos depois não mudaram muito a avaliação e as críticas que os intelectuais brasileiros fazem à Teoria da Dependência. As interpretações oscilam desde as mais cétricas críticas, que negam qualquer valor explicativo a essa teoria, até aquelas que reconhecem nela uma contribuição efetiva para o conhecimento da sociedade brasileira, num momento em que as ciências sociais brasileiras ainda engatinhavam. As mais cétricas vêm justamente daqueles cujas idéias colidiram com as da dependência. É o caso de Roberto Campos e Delfim Netto que defendiam o desenvolvimentismo autoritário e foram criticados pelos dependentistas. Para eles a Teoria da Dependência era primitiva, não acrescentava nada do ponto de vista teórico e estava equivocada quanto às suas conclusões³⁸. Celso Furtado reconhece a contribuição da Teoria da Dependência para desvendar a estrutura de poder interna da sociedade brasileira, que era pouco esclarecida pela teoria do subdesenvolvimento. Paul Singer também considera essa teoria uma etapa importante do pensamento social e econômico latino-americano em direção a uma visão mais abrangente do capitalismo periférico. Outros pensadores críticos, como Maria da Conceição Tavares, João Manoel Cardoso de Mello, reconhecem os méritos da Teoria da Dependência em salientar a dinâmica interna, que era pouco enfatizada no modelo de substituição de importações, porém assinalam que ela avançou pouco porque permaneceu prisioneira da periodização histórica da CEPAL. Uma boa parte dos analistas, no entanto, não lhe atribui estatura de teoria. Trata-se, segundo Gabriel Palma (1978), mais de análises concretas de situações de dependência do que propriamente de uma construção teórica formal, com o que, aliás, o próprio Fernando Henrique Cardoso concorda. A maior crítica é a de que a teoria ou as análises da dependência não forneceram a saída para o desenvolvimento da América Latina. A Teoria da Dependência serviu sobretudo para questionar as formulações estáticas da sociedade latino-americana, permitiu superar as análises

³⁸ Vide a respeito Roberto Campos e Antonio Delfim Netto em C. Biderman, L. F. L. Cozac e J. M. Rego, *Conversas com Economistas Brasileiros*, 1996, Editora 34, São Paulo.

economicistas, que davam pouca importância à luta política, e suplantar as abordagens primitivas do marxismo tradicional do PCB, como as análises dogmáticas dos neomarxistas de Frank e companhia.

Parece-me difícil negar a importância e a repercussão da Teoria da Dependência para o pensamento econômico e social latino-americano. Foi um pensamento que se insurgiu contra a análise que o *stablishment* fazia dessas sociedades periféricas e que continha um forte componente de rebeldia, que naturalmente desagradava os cultuadores do *status quo*. Se bem a crítica ao regime militar pudesse ter sido mais contundente, a análise de classes que ela continha por si só já colocava o dedo na ferida das contradições e conflitos que dividiam a sociedade brasileira. Para alguns críticos, a Teoria da Dependência de Cardoso e Faletto tinha um certo caráter reformista que a impedia de vislumbrar novas alternativas para a sociedade brasileira³⁹. Possuía também um certo fatalismo ao considerar inevitável a participação do capital estrangeiro na viabilização do capitalismo retardatário brasileiro. Haveria somente uma saída para o subdesenvolvimento, que passaria pela associação com os capitais estrangeiros. Desenvolvimento sim, só que dependente e associado. Alguns críticos dizem que esse fatalismo explica as posições políticas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se tornou padrinho ou grande *promoter* da associação com o capital estrangeiro.

As ambigüidades políticas da dependência e a falta de um projeto alternativo claro ao Modelo Brasileiro de Desenvolvimento dos militares não lhes tiram o mérito de terem feito avançar a compreensão das sociedades periféricas. Além disso, foi um ideário que se projetou sobre toda a intelectualidade latino-americana e exerceu mesmo alguma influência nos centros intelectuais avançados. Equivocam-se aqueles que não dão maior importância à Teoria da Dependência. Se ela é hoje desconhecida pelos digníssimos representantes dos *mainstream*, conforme afirmam alguns⁴⁰, é por

³⁹ Uma visão panorâmica das críticas de diversos autores a Teoria da Dependência está na revista *Latin American Perspectives*, que dedicou dois volumes inteiros para a discussão dessa teoria. Vide ns. 30 e 31, V. VIII, Verão de 1981.

⁴⁰ Vide a opinião de E. Giannetti da Fonseca em C. Biderman, L. F. L. Cozac e J. M. Rego, 1996, pág. 394.

mera ignorância deles e não por falta de importância dessa teoria. Nos anos 60 e 70, a Teoria da Dependência era o centro das discussões e debates, não nos gabinetes dos teóricos do autoritarismo naturalmente, mas sim nos principais centros intelectuais latino-americanos.

Foram vários os pensadores que se inscreveram na tradição da Teoria da Dependência. A partir do final dos anos 70, vão se multiplicar os trabalhos de autores brasileiros esclarecendo aspectos dessa problemática mais geral da teoria do capitalismo periférico. Era preciso repensar as classes sociais, o Estado, os interesses econômicos, as alianças políticas à luz de uma dinâmica que se definia nacionalmente, mas que integrava também as forças externas do capital estrangeiro. A Teoria da Dependência pensava um esquema mais geral, que dava um norte ou um quadro de referência, o qual permanecia genérico e indeterminado. Era preciso determiná-lo com análises específicas do processo de acumulação, da burguesia brasileira, das classes agrárias (a agricultura de mercado interno e externo), dos sindicatos, do proletariado, dos camponeses, da marginalização, da urbanização e de outros aspectos constitutivos da totalidade socioeconômica latino-americana.

VIII. PAUL SINGER E O CICLO ENDÓGENO DE ACUMULAÇÃO

O pensamento econômico da nova esquerda vai dedicar-se cada vez mais à caracterização do processo de acumulação do capitalismo retardatário brasileiro, a partir de análises mais ricas que aquelas da substituição de importações. Em 1965, Paul Singer publica um artigo na *Revista Civilização Brasileira* procurando identificar os ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas⁴¹. A importância desse trabalho de Singer está na tentativa pioneira de identificar o movimento cíclico da economia brasileira a partir de condicionantes internos. Portanto já se

⁴¹ Paul Singer, “Ciclos de Conjuntura em Economias Subdesenvolvidas”, *Revista Civilização Brasileira* n. 2, maio de 1965, republicado em *Desenvolvimento e Crise*, 1977, 2ª ed., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

começava a pensar numa dinâmica interna de acumulação, com suas determinações endógenas pesando mais do que as determinações externas. Sob essa ótica, a crise dos anos 60 não é vista como o esgotamento da substituição de importações, mas como uma crise de conjuntura que sucedeu a expansão dos anos 50. Após um período de aumento dos investimentos e de aplicação da poupança disponível, faltam os recursos para o Estado e a iniciativa privada darem prosseguimento à instalação de infra-estrutura e à produção dos insumos necessários para continuar a industrialização. Os pontos de estrangulamento que costumam surgir numa economia atrasada não podem ser superados e tornam-se focos inflacionários que vão aumentar os custos da economia.

Singer utiliza o conceito de anarquia da produção⁴² para explicar os desequilíbrios cumulativos e a alocação desigual de recursos das economias capitalistas, que acabam resultando nas crises que ele chama de conjunturais. No Brasil dos anos 60, teria havido uma conjunção da anarquia da produção, que resultou na escassez de poupança para novos investimentos, combinada com pontos de estrangulamento, que elevavam os custos da economia. Finalmente a política antiinflacionária do governo agravou a crise ao praticar medidas depressivas que reduziram o nível da demanda (contendo os salários) e dos investimentos pela diminuição do crédito, elevação dos custos dos serviços e da carga fiscal.

Essa análise cíclica seria utilizada por Singer em 1973 para avaliar as perspectivas do “milagre” brasileiro. Em “Contradições do Milagre”, publicado em dezembro de 1973⁴³, Singer prenunciava, com antecedência, as crescentes dificuldades que

⁴² A anarquia da produção advém do fato de que “a acumulação de capital é realizada por um sem-número de atos individuais, unicamente guiados por um barômetro, às vezes bastante enganador, qual seja, a situação do mercado”. Dessa maneira, a expansão econômica desencadeia um impulso para acumular que, em algum momento, tende a ultrapassar a disponibilidade de poupança real, representada pelos fatores de produção (mão-de-obra, terra e capital). “Tão logo um dos fatores começa a escassear, a sua remuneração se eleva. O custo maior desse fator se irradia por todo o sistema, ocasionando uma elevação geral dos preços.” Paul Singer, op. cit., pág. 128.

⁴³ O artigo “As Contradições do Milagre”, foi publicado em *Estudos CEBRAP* n. 6 de outubro-dezembro de 1973, e republicado em *A Crise do Milagre - Interpretação Crítica da Economia Brasileira*, 1976, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

surgiam no caminho do “milagre”. O crescimento explosivo do Produto Interno, a taxas superiores a 10% ao ano, chegando mesmo a 14% em 1974, conduziria ao esgotamento dos fatores de produção e às barreiras físicas do crescimento. Em 1973, já faltavam à mesa do consumidor vários produtos essenciais, como carne, leite, feijão (em parte devido ao protesto dos fornecedores contra os preços tabelados), assim como várias matérias-primas, insumos básicos, peças e componentes e, conseqüentemente, bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. A agricultura lutava com a falta de tratores, fertilizantes e insumos em geral. A mão-de-obra, mesmo a pouco qualificada, começava a escassear por todo o parque produtivo, com elevação de salários. Portanto, no último ano do Governo Médici, a economia brasileira reunia as características de um auge conjuntural, que renunciava uma inflação reprimida (haveria uma generalização do aumento de custos) e levaria a uma crise cíclica⁴⁴.

O alargamento das importações permitia suprir as crescentes necessidades de insumos e bens de capital que a produção brasileira em expansão requeria. A balança comercial e a de transações correntes estavam equilibradas, graças ao aumento das exportações e à maciça entrada de capitais de risco e de empréstimo entre 1968 e 73. Mais uma vez, à semelhança do ciclo expansivo de 1956-61, a poupança externa tinha um papel importante no ritmo de crescimento do PIB brasileiro. Portanto era o esgotamento dessa poupança que em parte determinava os limites para o crescimento econômico. Não obstante a abundância de recursos externos, o crescimento de 1968 a 1974 foi tão violento que começou a esbarrar no limite constituído por bens não importáveis, cuja substituição era mais difícil de realizar. De modo geral, a análise de Singer estava correta. De 1974 em diante, verificava-se uma progressiva pressão inflacionária que sinalizava para os limites do crescimento, se bem que o golpe fatal tenha vindo do exterior, com o choque de petróleo de 1974. A abordagem de Paul Singer passava pelo batismo de fogo da realidade. Conseguiu prever corretamente os rumos da acumulação brasileira

⁴⁴ Vide a respeito Paul Singer, “As Contradições do Milagre”, *Estudos CEBRAP* n.6, outubro-dezembro 1973, São Paulo, pág. 60.

naquele momento. Cumpria assim um dos principais requisitos de uma boa análise, qual seja a capacidade de previsão, que advém de um diagnóstico acertado.

Com esses trabalhos, Singer iluminava um aspecto importante da dinâmica de acumulação, que é o seu movimento cíclico. Naturalmente, para uma visão completa do ciclo capitalista de acumulação, era preciso ir além da anarquia da produção e levar em consideração também a tendência a superacumulação, a relação capital-produto e outros elementos que determinam os movimentos do capital e não estão compreendidos na análise de Singer, como as lutas sociais. Mas essas lacunas não comprometem a contribuição desse pensador para uma visão mais ampla do processo de acumulação de capital no Brasil, num momento em que o pensamento econômico local era ainda precário.

No final dos anos 60, Celso Furtado continuava sustentando que as principais economias latino-americanas, incluindo o Brasil, continuariam mergulhadas na estagnação. No artigo “Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista”⁴⁵, o fundador da SUDENE acreditava que se acabara o dinamismo do desenvolvimento industrial alimentado pelo processo de substituição de importações. Essa industrialização se fizera preservando-se um importante setor pré-capitalista, que mantinha padrões de vida baixos e fornecia uma oferta ilimitada de mão-de-obra, aviltando os níveis salariais. Além disso, a industrialização brasileira se fizera com base em tecnologia de capital intensivo, que não absorvia mão-de-obra, concentrava a renda e resultava numa relação produto-capital elevada, o que deprimia a taxa de lucro. Portanto não há mercado e taxas de lucros suficientes para dinamizar a acumulação. A massa salarial é pequena para sustentar o dinamismo da indústria de bens de consumo, que, por sua vez, não exerce uma demanda suficiente para viabilizar a implantação de uma indústria de insumos e de bens de capital, que opera com elevada escala de produção. Nessas condições, não se instaura uma dinâmica auto-sustentada de acumulação. Os três setores básicos da

⁴⁵ Trabalho publicado em A. Bianchi (org.) *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*, Santiago, Ed. Universitária, 1969.

estrutura produtiva capitalista não alcançam a complementaridade necessária para gerar esse dinamismo. Os governos militares apenas agravaram esse cenário, uma vez que mantiveram os setores pré-capitalistas e estimularam a concentração de renda no País.

Fundamentalmente, são as mesmas idéias defendidas em *Dialética do Desenvolvimento* (1964), *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) e outros trabalhos dos anos 60, que sustentavam as mesmas teses estagnacionistas⁴⁶. Depois do clássico *Formação Econômica do Brasil* (1959) e do *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), não há grandes mudanças nas idéias de Furtado, apesar de sua prodigiosa produção de títulos⁴⁷. Era natural que ele fosse escolhido como protótipo do estagnacionismo por vários críticos dessas idéias. Tanto o “Além da Estagnação”, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, como “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira tinham, em parte, as idéias de Furtado como alvo. Por outro lado, *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* de Antônio Barros de Castro desmentia o atraso da agricultura que Furtado sustentava.

IX. CONCEIÇÃO TAVARES, JOSÉ SERRA E O NOVO ESQUEMA DE ACUMULAÇÃO

De acordo com Maria da Conceição Tavares e José Serra, a crise dos anos 60 não significava a estagnação estrutural da economia brasileira, conforme pensava Celso Furtado em “Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista”(1969), mas representava “uma situação de transição para um novo

⁴⁶ Para uma análise mais demorada das idéias de Celso Furtado, vide Guido Mantega, 1984, cap. 2.

⁴⁷ Nos anos 60, Celso Furtado era o intelectual de ciências humanas com maior vendagem de livros no País e talvez o mais conhecido no exterior.

esquema de desenvolvimento capitalista”⁴⁸. Cabia então definir em que consistia esse “novo esquema de desenvolvimento capitalista”, que despontava da política econômica dos governos militares. Aliás essa era a grande tarefa que estava colocada para os economistas da nova esquerda. Uma coisa parecia certa: a concentração de renda e a agudização das desigualdades, promovidas pelo modelo brasileiro de desenvolvimento, não eram obstáculos para o prosseguimento da industrialização. Muito pelo contrário, a acumulação de capital fazia-se em escala cada vez mais ampliada, ao que parece se alimentando, em parte, dessa concentração de riqueza. Isso significa que “o processo capitalista no Brasil, ... embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a grande maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima”⁴⁹. Uma parcela da esquerda brasileira se dava conta que o desenvolvimento capitalista ou a industrialização *tout court* não traria necessariamente a distribuição da riqueza.

Tavares e Serra procuram explicar o novo surto expansivo da economia brasileira, que se verificava de 1967 em diante, antes de mais nada pela ampliação do grau de solidariedade com a economia internacional. Nessa fase, os principais “agentes da expansão” são o Estado e o capital estrangeiro. O Governo Castelo Branco apressou-se em dar livre acesso ao capital estrangeiro, criando facilidades e eliminando entraves que o Governo João Goulart criara em 1963. Com as resistências atenuadas pelo autoritarismo e livre dos compromissos populistas, o

⁴⁸ Maria da Conceição Tavares e José Serra, “Além da Estagnação”, em M. C. Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre a Economia Brasileira*, 1972, Zahar Editores, São Paulo, pág. 157.

⁴⁹ M. C. Tavares e J. Serra, “Além da Estagnação”, 1972, pág. 158.

Estado pode promover um acelerado processo de modernização, fazendo uma reforma tributária e criando um mercado de capitais que “prepararam o terreno para um novo esquema de financiamento do setor público e privado”⁵⁰. Por outro lado, a política de arrocho salarial diminuiu o custo das empresas elevando as taxas de lucro. Poupança externa abundante, livre entrada de capital estrangeiro, salários arrochados, novos esquemas de financiamento, maior capacidade de investimento do Estado, enfim estavam dadas as condições para um novo surto de expansão da acumulação.

O esquema interpretativo de Tavares e Serra revelaria-se essencialmente correto em sua avaliação e previsões. Porém esses pensadores subestimavam o papel que o capital nacional jogaria na aliança de poder que se estabeleceu no pós-64. A rigor, a burguesia nacional não fora escanteada do poder com o fim do populismo. Pelo contrário, participara ativamente da conspiração que derrubou Goulart e fazia parte do novo grupo dominante. A burocracia civil e militar que governava o País, mesmo tendo aberto as portas para o capital estrangeiro, não descurou dos capitais nacionais. Estes cresceram e tornaram-se oligopólios em condições de dialogar com seus parceiros estrangeiros. Isso seria reconhecido nos trabalhos posteriores de Maria da Conceição Tavares e José Serra, na análise do tripé econômico, formado pelo Estado, capital estrangeiro e capital nacional. O peso do capital nacional ampliaria-se sobretudo após o I e II PND, que permitiu a emergência de vários oligopólios nacionais no setor de bens de capital.

X. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO E A AGRICULTURA EFICIENTE

Mas que papel estava destinado para a agricultura nessa nova fase expansiva da acumulação brasileira, que se inaugurava em 1967? De acordo com os

⁵⁰ M. C. Tavares e J. Serra, “Além da Estagnação”, 1972, pág. 171.

estagnacionistas ela permanecera retrógrada e ameaçava dificultar, senão mesmo impedir, a continuidade da industrialização. Afinal, era no campo que deveriam se concentrar os principais redutos pré-capitalistas, os velhos entraves à modernização brasileira. De acordo com Antônio Barros de Castro essa tese estava equivocada. Em *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* de 1969, ele procura demonstrar que a agricultura vinha cumprindo satisfatoriamente as funções que lhe cabia no processo de desenvolvimento. Estava questionando a famosa tese da dualidade, na qual a agricultura atrasada impede a industrialização de avançar. Passando em revista a vasta literatura sobre o assunto, Castro critica Furtado, para assumir as teses de Antonio Delfim Netto⁵¹ e Ruy Miller Paiva, que sustentavam que pelo menos uma parte importante da agricultura brasileira vinha crescendo e diversificando-se, “exatamente na medida requerida pelo nosso desenvolvimento global”⁵².

Nesse trabalho, Castro organizou a discussão sobre a questão agrária brasileira e tomou posição contra os estagnacionistas e os dualistas. O problema não era de se alinhar com a “direita” ou com a “esquerda”, mas sim de encontrar a análise que desse conta com mais propriedade daquilo que estava acontecendo na agricultura brasileira. Um erro de avaliação implicava não só desconhecer o que estava se passando com o setor agrário, mas também traçar uma estratégia equivocada de ação política e econômica. Castro consegue demonstrar que a agricultura vinha cumprindo satisfatoriamente suas funções clássicas de fornecer um excedente de alimentos e matérias-primas, assim como de transferir capital para a indústria, de liberar mão-de-obra, de criar divisas para a importação de insumos e bens de capital e tudo o mais que se podia esperar do setor agrário.

Isso não significa que toda a agricultura brasileira estivesse se modernizando ao ritmo do avanço da indústria. Parte significativa permanecia miserável, improdutiva

⁵¹ As idéias de Antonio Delfim Netto sobre a agricultura estão em “Agricultura e Desenvolvimento no Brasil”, *Estudos ANPES* n. 5, 1966.

⁵² Antônio Barros de Castro, *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, 1969, Editora Forense, Rio de Janeiro, pág. 93.

e com a população camponesa submetida à condição de subsistência. Porém não era ela que impedia a acumulação industrial. Era preciso dissociar a questão econômica da questão social. O fato constatado por Castro é que “o sistema econômico no Brasil vem se tornando, cada vez mais, capaz de expandir-se, indefinidamente, sem reformas sociais - o que implica dizer que os problemas sociais não estão sendo convertidos em problemas econômicos pela evolução histórica. Faz, por conseguinte, sentido no nosso marco histórico, distinguir claramente entre problemas internos - aqueles que se referem ao prosseguimento da expansão - e externos - de natureza política. O reconhecimento de que o reduzidíssimo nível de vida de ampla parcela da população, a concentração existente na propriedade da terra e outros traços marcantes da atualidade brasileira podem ser questionados e problematizados pela crítica e por movimentos sociais, mas não tendem a prejudicar o funcionamento e a expansão do sistema, coloca problemas inéditos para a compreensão do presente e a antevisão do futuro”⁵³.

XI. FRANCISCO DE OLIVEIRA E O MODELO ENDÓGENO DE ACUMULAÇÃO

Essa questão do dualismo seria abordada com muita pertinência por Francisco de Oliveira no seu trabalho “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” (1972). Na verdade, o objetivo de Oliveira era repensar a economia brasileira, não meramente enquanto um país subdesenvolvido, mas enquanto um modo capitalista de produção no qual a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema. Nesse sentido, ele aponta as limitações e ambigüidades da teoria cepalina, fundamentada num arsenal teórico dúbio, que vai do liberalismo ao marxismo, e refuta as análises, mesmo da esquerda, que privilegiam categorias marginalistas e keynesianas, tais como a “relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala”, para caracterizar a

⁵³ Antônio Barros de Castro, 1969, pág. 12.

dinâmica da economia brasileira. Oliveira prefere caracterizar a acumulação com conceitos marxistas, tais como modo de produção, dominação, exploração, mais-valia e demais categorias que permitem equacionar a luta de classes no País. Dessa forma, Oliveira dava um passo decisivo para interpretar a dinâmica de acumulação privilegiando as forças internas.

De acordo com essa metodologia, Oliveira começa sua análise caracterizando as relações capital-trabalho no Brasil, ou seja, as condições de exploração que caracterizam a acumulação industrial. Livre das ambigüidades de vários de seus contemporâneos, ele parte para a caracterização da formação do mercado de trabalho e constituição do exército industrial de reserva, tão importantes para a constituição da acumulação industrial. Os grandes contingentes populacionais que fluíam às cidades foram transformados em exército industrial de reserva por uma legislação trabalhista, que criou um mercado formal de trabalho para as empresas, com um horizonte estável de custos e salários rebaixados. Mesmo o salário mínimo constituiu um referencial importante para o empresariado, que enquadrava a força de trabalho nesse patamar. Dessa maneira, o Governo organizou o mercado de trabalho de modo bastante conveniente para a acumulação de capital, principalmente diante da grande abundância de força de trabalho que havia na economia brasileira.

Francisco de Oliveira salienta também a importância do Estado atuando, não só na questão da regularização da força de trabalho, mas de maneira ampla na esfera econômica, de modo a viabilizar a acumulação industrial. Esta não seria obra do mercado e muito menos das condições adversas que afetaram as atividades agroexportadoras, mas resultou, sobretudo, de uma ação decisiva do Estado, que destruiu “o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação”⁵⁴. Nesse sentido, o Estado, além de regular o preço do trabalho, fixou preços favoráveis para a

⁵⁴ Francisco de Oliveira, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, *Seleções CEBRAP* n. 1, Editora Brasiliense, São Paulo, (1972), 1975, pág. 14.

industrialização, estabeleceu barreiras protecionistas, confiscou ganhos da agricultura, canalizou o gasto fiscal para a acumulação industrial, criou subsídios, implantou infra-estrutura, enfim fez da acumulação industrial o centro do sistema.

Além disso, Oliveira apresenta uma tese *sui generis* sobre o papel da agricultura brasileira no processo de acumulação. Em vez de um obstáculo ela estaria potencializando a acumulação, ao fornecer, por um lado, grandes contingentes populacionais, que vão engrossar o exército industrial de reserva e, por outro lado, insumos e alimentos baratos, que vão rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo maiores níveis de exploração. As condições particulares da agricultura brasileira, que combina abundância de mão-de-obra, desorganizada e barata, com grandes extensões territoriais, permite a implementação de uma espécie de “acumulação primitiva”⁵⁵ que é permanentemente transferida da agricultura para a acumulação industrial. E aqui há uma influência da tese de Gunder Frank da exploração das regiões pobres pelas ricas e da superexploração da força de trabalho de Rui Mauro Marini. Porém Oliveira sai do âmbito genérico daqueles autores e dá consistência a sua argumentação, descrevendo o processo em seus detalhes. Seria a forte exploração do campesinato brasileiro que sustenta, em parte, a acumulação industrial. Então, a dualidade entre a agricultura e a indústria é apenas aparente, pois o que ocorre é uma “integração dialética”.

Portanto o atraso do campo não impede o avanço da acumulação urbana, mas a potência ao baratear o custo de reprodução da força de trabalho. Além disso, de acordo com Oliveira a produção industrial não precisa do mercado rural para vender suas mercadorias. E aqui temos uma divergência fundamental com Furtado, Rangel e todos aqueles que se preocuparam com uma suposta estreiteza do mercado para a

⁵⁵ Nos termos de Oliveira: “o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’, nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos da lavoura, rebaixando-os.” Francisco de Oliveira, 1972, (1975) pág. 16.

comercialização da produção industrial. Na verdade, “a orientação da indústria foi sempre voltada para os mercados urbanos, não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento às necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de ‘ponta’”⁵⁶.

Um aspecto importante da “Crítica à Razão Dualista”, que não pode deixar de ser ressaltado, é a sua extrema sensibilidade para apreender um dos pontos mais vulneráveis da teoria do subdesenvolvimento e de todo o pensamento cepalino. Segundo Oliveira, a ótica da industrialização substitutiva de importações funda-se numa lógica de consumo e não numa lógica da acumulação. Ou seja, a industrialização brasileira seria decorrente da necessidade de preencher as lacunas deixadas pelas mercadorias externas, vale dizer, das necessidades de consumo, e não pela necessidade de acumulação, que vai encontrar na substituição de bens importados o canal para viabilizar essa acumulação. Além disso, “as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada a ver com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição de renda, é que ‘perverte’ a orientação do processo produtivo”⁵⁷. Dessa maneira, Oliveira resgata a lógica fundamental da acumulação capitalista, que não está centrada no consumo, como na visão fetichizada da teoria clássica, (o imperativo do mercado, do consumidor etc.), mas sim nas necessidades de valorização do capital. Pode-se dizer que Oliveira atingiu o calcanhar de Aquiles da análise cepalina e colocou a questão da dinâmica da acumulação brasileira no seu devido lugar.

Por tudo isso, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” tem uma importância fundamental no pensamento econômico brasileiro, talvez tão grande

⁵⁶ Francisco de Oliveira, 1972 (1975), pág. 19.

⁵⁷ Francisco de Oliveira, 1972 (1975), pág. 21.

quanto “*Dependência e Desenvolvimento*” de Cardoso e Faletto, se bem não tenha tido a mesma repercussão que este último. O trabalho de Cardoso ajudou a definir uma metodologia, mudar o enfoque para as forças internas, a estrutura de dominação, enfim para a luta de classes, enquanto Francisco de Oliveira fundamentou esse processo, soube dar-lhe substância e por em prática a primeira grande caracterização da dinâmica da acumulação brasileira nos moldes da dialética marxista.

A rigor, Francisco de Oliveira foi mais longe do que os dependentistas, não somente na caracterização das forças internas que constituem o processo de acumulação, como também atribuindo-lhes maior importância em relação às determinações externas. Em outras palavras, isso significa que a acumulação do capital no Brasil, dos anos 50 em diante, já reunia as condições de se realizar mesmo diante da oposição do capital internacional. Nas palavras de Oliveira, “tomando como um dado a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 30, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade quando há sincronia entre os movimentos interno e externo”⁵⁸. E aqui reside um ponto importante da argumentação de Oliveira, que vale a pena examinar melhor. Ele está sugerindo que, mesmo quando os países capitalistas avançados queriam manter o Brasil como mais um exportador de matérias-primas e produtos agrícolas, realizou-se aqui um avanço de produção industrial. Isso pode ser constatado em vários episódios como, por exemplo, na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, muito importante para a industrialização, quando Vargas teve de fazer chantagem política para conseguir respaldo financeiro que a viabilizasse.

⁵⁸ Francisco Oliveira, 1972 (1975), pág. 29.

Os capitais estrangeiros não queriam a Siderúrgica, porque não estavam interessados na industrialização brasileira. Nos anos 50, os governos brasileiros tomaram medidas tarifárias, fiscais e cambiais que garantiam um certo protecionismo e contrariavam os fundamentos liberais defendidos pelos porta-vozes do capital estrangeiro.

É verdade que o capital estrangeiro não é uma entidade única, mas é um amplo conjunto de capitais e de países, com interesses diferenciados. E, uma vez que a industrialização no Brasil pareceu irreversível, parte desse capital veio aproveitar as oportunidades de valorização que a acumulação industrial brasileira oferecia. De qualquer maneira, fica registrado que houve muitos momentos de “rebeldia” do capitalismo nacional em face das determinações do capitalismo internacional como, por exemplo, em 1958, quando Juscelino não aceitou praticar o ajuste econômico ditado pelo FMI, a despeito do Ministro da Fazenda Lucas Lopes e do Superintendente do BNDE Roberto Campos, que eram favoráveis a ele. Depois de 1964, continuou havendo atritos com alguns aspectos da política econômica brasileira, apesar do clima de amplo entendimento que predominava nessas relações, principalmente no Governo Castelo Branco.

Isso não quer dizer que o Brasil tenha realizado o capitalismo autóctone, sonhado pelos nacional-desenvolvimentistas dos anos 50. Na verdade, a própria acumulação industrial viabilizou-se graças ao concurso do capital externo, que veio se “associar” ao capital nacional e manteve o País atado a sólidos laços de dependência. Mais do que isso, os vários ciclos de crescimento da economia brasileira foram viabilizados, em parte, pelo concurso de capitais externos, de risco e de empréstimo, que vieram complementar a restrita “poupança local”. Portanto não se trata de negar a dependência, que permanece mesmo depois da consolidação

da acumulação industrial, contudo ela vai se modificando de acordo com as diversas fases da economia brasileira⁵⁹.

XII. JOÃO MANOEL C. DE MELLO, MARIA DA C. TAVARES E O CAPITALISMO TARDIO

A partir dos trabalhos da Nova Esquerda, foram ficando cada vez mais nítidos os mecanismos de constituição e consolidação do capitalismo retardatário brasileiro. Todos os autores dessa grande corrente estavam preocupados em caracterizar a dinâmica de uma sociedade periférica em transformação, e cada um deles conseguiu explicar melhor algum aspecto constitutivo desse processo. Cardoso apontou para a importância de se analisar a estrutura de dominação e procurou caracterizar, em largas pinceladas, a atuação dos principais grupos sociais brasileiros, como a burguesia industrial, o proletariado, os setores agrários, a classe média, os militares entre outros. Não era suficiente, entretanto, para delinear os mecanismos da acumulação de capital industrial e financeiro no País. Singer vislumbrara um ciclo endógeno de conjuntura, porém não chegara a explicitar sua trajetória, ou seja, como se gesta concretamente a fase ascendente do ciclo, a crise e assim por diante. Tavares e Serra mencionaram um novo esquema de desenvolvimento do capitalismo, sem explicar profundamente seus mecanismos. Oliveira debruçara-se sobre a relação capital-trabalho, as formas de exploração, a relação entre a agricultura e acumulação industrial e alguns aspectos do papel do Estado no processo de implantação da acumulação, mas, ainda assim, a tarefa estava incompleta. Faltava ainda caracterizar um modelo endógeno de acumulação que

⁵⁹ Oliveira diz a esse respeito que “a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo daquela. Mas o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos trinta, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial.” Francisco de Oliveira, 1972 (1975), págs. 37/38.

elucida as relações entre os vários departamentos da economia, ou entre as várias frações do capital, o industrial agrário e financeiro, ou entre as várias formas de valorização, a acumulação mercantil, industrial e financeira, as formas de produção e realização da mais-valia, a questão tecnológica e outros aspectos determinantes do processo de acumulação.

Um avanço considerável em direção a um modelo endógeno de acumulação aconteceu graças a um conjunto de trabalhos, elaborados ao longo dos anos 70. Os mais importantes foram a tese de doutorado de João Manoel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, defendida na UNICAMP em 1975⁶⁰, a tese de livre-docência da Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, também da UNICAMP de 1974, e sua tese de professora titular de 1978, *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, defendida na UFRJ, a tese de mestrado de Sérgio Silva *Le Café et l'Industrie au Brésil (1880/1930)*, defendida em Paris em 1973, complementados pelos trabalhos de Wilson Cano, *As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, de 1977, e de Liana Maria Aureliano, em *Limiar da Industrialização*, de 1981. Esses autores, todos eles da UNICAMP, procuraram reconstituir a gênese e consolidação da acumulação capitalista no Brasil.

O ponto de partida é o clássico *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que fez a primeira grande abordagem do tema, com as limitações inerentes a toda obra pioneira. Outro ponto de apoio importante é o notável trabalho de um veterano do seminário de *O Capital* Fernão Novaes “Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento”, de 1973. A grande questão em pauta é a origem da acumulação industrial e financeira no Brasil, que vai ser buscada por esses autores na economia colonial exportadora. É o velho tema da “transição” da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial, de acordo com a terminologia cepalina, a ser ultrapassada por esses autores. Em outras palavras, buscava-se qualificar a passagem de uma economia capitalista exportadora, presidida, em

⁶⁰ Essa tese foi publicada em 1982 pela Editora Brasiliense.

grande medida, pela lógica do capital mercantil, para um modo especificamente capitalista de produção, comandada pela lógica da acumulação industrial. A esta altura, convém salientar que era mais ou menos óbvio, para a maioria dos analistas, que as raízes da industrialização estavam fincadas no complexo cafeeiro, seguramente um dos empreendimentos coloniais mais bem-sucedidos dentro do perímetro da periferia.

Mas de que maneira se dava essa relação? Predominava, entre os autores, a hipótese de que as chamadas “atividades internas” cresceram à sombra das atividades agroexportadoras. Afinal, seria a renda criada no complexo exportador, sob a forma de salários, lucros etc. que constituía uma demanda de industrializados, a ser alimentada, a princípio pelas importações e, subsequentemente, pela produção da indústria nacional. Sem dúvida, Furtado (1959) e Conceição Tavares (1964) foram os autores brasileiros que melhor descreveram esse processo de substituição de importações, por sinal bastante divulgado⁶¹. Interessa aqui ressaltar a diferença que separa essa abordagem pioneira daquela levada a cabo pelos teóricos do capitalismo retardatário. Furtado considerava a atividade industrial uma extensão da economia de exportação, que dependia da demanda gerada no setor exportador para subsistir e se expandir, pelo menos enquanto não sobrevivesse uma diversificação da estrutura industrial, com a constituição das indústrias de bens intermediários e de capital, que criasse uma “complementaridade” intersetorial, ou uma demanda entre os departamentos de bens de consumo, intermediário e de capital, que alimentasse a expansão da indústria⁶². Portanto se trata de uma interpretação que atribui um caráter essencialmente reflexo ao desenvolvimento capitalista brasileiro, pelo menos até os anos 60. Nesse ponto, houve uma ruptura teórica importante por parte da maioria dos integrantes da Nova Esquerda, pois desde “Dependência e Desenvolvimento” de Cardoso e Falleto que se tentava demonstrar que o desenvolvimento econômico brasileiro ou latino-americano era essencialmente

⁶¹ Para uma análise demorada do Modelo de Substituição de Importações, vide Guido Mantega, 1984, cap. II.

⁶² Para uma discussão das principais interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro vide Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*, 1995, Brasiliense, São Paulo, em particular o cap. 1.

determinado pelos “fatores internos”. O que parece apenas um jogo de palavras (externo versus interno) encobre uma diferença fundamental, porque os fatores internos representam os movimentos de valorização do capital, que vão engolfando a economia colonial até subordiná-la a sua lógica de acumulação.

Para começo de conversa, isso implicava que a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial não era meramente de complementaridade, como em Furtado, nem de antagonismo, como na abordagem cepalina, mas sim uma relação contraditória, conforme demonstrava Sérgio Silva (1973), porque, se por um lado, o capital industrial se originava no capital cafeeiro, tinha de suplantar os limites da acumulação mercantil a que este estava submetido para atingir a sua maioria e caminhar com suas próprias pernas. Portanto a acumulação industrial tinha de romper, ou melhor, modificar os laços de subordinação aos quais estava submetida a produção colonial no âmbito da economia mundial. Em um dado momento da trajetória da acumulação colonial, era preciso “destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação”, para usar os termos talvez excessivamente enfáticos de Francisco de Oliveira⁶³.

A transição para o novo modo de acumulação e sua dinâmica foi muito bem caracterizada por João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. A questão é saber como se constituíram as relações de produção e as forças produtivas especificamente capitalistas, a partir da economia cafeeira. Segundo Cardoso de Mello, a economia cafeeira capitalista cria as condições básicas para o nascimento do capital industrial, quais sejam: 1) uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) uma força de trabalho transformada em mercadoria; e 3) um mercado interno de proporções consideráveis⁶⁴.

⁶³ Francisco de Oliveira, 1972 (1975), pág. 14.

⁶⁴ João Manoel Cardoso de Mello, 1982, pág. 99.

Mas não é nas crises da economia cafeeira que a acumulação industrial ganha particular impulso, ao contrário do que pensavam os partidários da teoria dos “choques adversos”, e sim justamente nos momentos de auge exportador, quando uma parte do capital gerado no complexo cafeeiro vai em busca de novas formas de valorização. Essa tese é corroborada pelo estudo empírico de Wilson Suzigan, que verifica “uma relação direta entre a expansão do setor agrícola-exportador e o investimento industrial: períodos de crescimento do investimento industrial coincidiram com fase de expansão das exportações, enquanto períodos de declínio do investimento industrial coincidiram com crises do setor exportador”⁶⁵. É que a expansão das exportações possibilitava o acesso da indústria a matérias-primas e maquinaria importadas, imprescindíveis para a viabilização de seus investimentos. O que estou tentando ressaltar, nesta rápida digressão sobre a gênese do capital industrial, é que o enfoque da teoria dos choques adversos de Furtado, privilegia a demanda como mola mestra da industrialização, enquanto a teoria do capitalismo tardio de João Manoel privilegia as condições para a reprodução do capital industrial em escala ampliada. Isso não significa que o pensador da UNICAMP despreze a importância da demanda exercida pela renda do café, que se traduz em salários, lucros ou juros, parte dos quais era canalizada para a compra de manufaturados. Também não estou dizendo que Furtado tenha olhado exclusivamente para a demanda de manufaturados, que se ampliava para os produtos da indústria brasileira nas crises das exportações, uma vez que a escassez de divisas impedia a vinda dos importados. Afinal Furtado sugere que o estrangulamento externo somente tenha se traduzido num impulso a industrialização graças à manutenção da renda do setor cafeeiro, devido às políticas de valorização, que sustentaram a lucratividade da burguesia cafeeira. Portanto está implícito que há capitais disponíveis para viabilizar a acumulação industrial. A diferença reside na linha explicativa ou no fio condutor da análise, que num modelo está centrado na demanda ou nos estímulos externos e no outro está centrado no impulso para a valorização do capital, ou nos estímulos internos.

⁶⁵ Wilson Suzigan, 1995, pág. 37.

Com base nesse método analítico, que privilegia as determinações internas, Cardoso de Mello vai repensar toda a história econômica brasileira, desde os tempos coloniais, desembocando numa nova periodização, constituída pela economia colonial, pela economia mercantil escravista nacional e pela economia exportadora capitalista, este último período abrangendo três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada. Dessa maneira, Cardoso de Mello procurava superar as limitações da periodização cepalina, que ignorava a luta de classes e as determinações internas e, no entanto, era a única disponível e comprometia os trabalhos que a utilizavam⁶⁶. É o caso de “Dependência e Desenvolvimento” de Cardoso e Falleto, que não foi mais longe porque permaneceu preso a essa periodização. Portanto a superação das teses cepalinas só se completaria mediante uma nova visão de cada fase histórica da América Latina. E aqui importa menos o nome de batismo de cada fase e sim seu conteúdo. Por exemplo, a industrialização pesada não é o rótulo mais adequado para nomear a última fase da economia exportadora capitalista, que mereceria estar enquadrada num novo período, não mais de economia exportadora, mas de uma economia industrial retardatária, de acordo com os próprios critérios de Cardoso de Mello.

Até 1955, ocorre uma industrialização restringida porque “as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”⁶⁷. Entretanto, entre 1956 e 1961, implantou-se no País um bloco de investimentos que alterou radicalmente a estrutura do sistema produtivo e promoveu um processo de industrialização pesada, ou seja, um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo. É a fase de industrialização pesada que vai

⁶⁶ A periodização cepalina para a história econômica latino-americana é: economia colonial, fase de substituição de importações com industrialização e internacionalização do mercado.

⁶⁷ João Manoel Cardoso de Mello, 1982, pág. 110.

delinear um novo padrão de acumulação. Foram vários os autores que caracterizaram corretamente esse período, particularmente Maria da Conceição Tavares (1974) e (1978), Carlos Lessa (1975).

A passagem da industrialização restringida para a pesada não seria possível sem uma participação decisiva do Estado e do capital estrangeiro. Aliás, salienta Cardoso de Mello, nenhuma indústria pesada (com exceção da inglesa) surgiu a partir da expansão do mercado interno de bens de consumo final⁶⁸. Com mais razão, não surgiria espontaneamente na industrialização retardatária, com maiores obstáculos a transpor: para começar, uma “descontinuidade tecnológica muito mais dramática”, depois, a necessidade de gigantescas economias de escala, além de maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, menos disponível no mercado internacional porque controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados. A rigor, o Plano de Metas marca apenas o início de um longo processo de industrialização pesada, que prosseguiria nos demais planos de desenvolvimento praticados pelo Estado, até pelo menos o final do ciclo militar, em 1984. Cabe destacar o II PND, que teve um volume de investimentos e um peso estratégico para a implantação da industrialização pesada talvez maior que o do período JK.

Convém observar que tanto a industrialização restringida como a pesada não foram desígnio do capital estrangeiro. Este, pelos seus interesses mais imediatos, não teria estimulado a transformação de uma economia exportadora capitalista numa economia industrializada. Essa transição foi impulsionada pelas forças internas da própria burguesia, foi sustentada por segmentos da classe média, por intelectuais e burocratas que se apropriaram do aparelho de Estado e ajudaram a imprimir uma

⁶⁸ “A industrialização pesada, diz Cardoso de Mello, tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis a maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente.” João Manoel Cardoso de Mello, 1982, pág. 118.

política desenvolvimentista. Foi só depois que o Estado criou a infra-estrutura, promoveu a produção de insumos básicos, estabeleceu tarifas alfandegárias e um esquema protecionista, criou sistemas de financiamento, organizou o mercado de trabalho a baixo custo e demais condições para a reprodução do capital em escala ampliada é que o capital oligopolista internacional aterrisou na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital. Antes de tudo isso, o capital estrangeiro ligado a indústria, principalmente o americano, relutara em unir-se a aventura industrializante. Mas, depois que os oligopólios europeus começaram a ocupar espaço na industrialização brasileira, eles também vieram disputar mais um promissor campo de valorização do capital.

A essa altura, o Estado e os oligopólios estrangeiros fizeram uma rica dobradinha que viabilizou a industrialização pesada no Brasil. Isso não quer dizer que o capital industrial nacional ficou de fora desse processo de industrialização. Muito pelo contrário, pois não só recebeu forte amparo estatal como valeu-se do efeito multiplicador dos investimentos estrangeiros para se ampliar e se constituir em grupos oligopolistas nacionais. Foi assim que surgiu o chamado tripé Estado-capital estrangeiro-capital nacional.

XIII. A. FISHLOW, E. BACHA, P. MALAN E O DEBATE SOBRE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA

No início dos anos 70, estava perfeitamente claro que a crise econômica dos anos 60 estava superada. Não se questionava mais a viabilidade da expansão industrial no Brasil. Agora a discussão teórica deslocava-se para o tipo de desenvolvimento capitalista que se instaurava e sobretudo para o preço social que ele custava para a sociedade brasileira. O “milagre brasileiro” de 1968 a 1973 impressionava não somente pelos elevados índices de crescimento, que superavam os 10% ao ano, como também pela extrema desigualdade social que produzia. A política salarial do regime militar implicara a redução de mais de 30% nos rendimentos dos

trabalhadores, somente no Governo Castelo Branco. E o salário mínimo continuava caindo desde 1964, mesmo com a economia em franca prosperidade.

Por isso, no início dos anos 70 era evidente o caráter socialmente perverso e excludente do modelo econômico do regime militar. Mesmo assim, causou um certo impacto a divulgação do censo do IBGE de 1970, que revelava um aumento da concentração de renda no Brasil dos anos 60 para 70. Esse assunto ganhou as primeiras páginas dos jornais, quando o Presidente do Banco Mundial, Robert Macnamara, comentou esses dados e criticou a concentração de renda no Brasil. Estava lançada uma discussão que se tornaria um debate público generalizado, entre os defensores do governo e os vários críticos do regime militar⁶⁹.

Para se defender das críticas que choveram de todos os lados, o Ministério da Fazenda do Professor Delfim Netto encomendou ao economista Carlos Geraldo Langoni da FGV-RJ um estudo sobre a distribuição de renda, cujos resultados não poderiam ser diferentes. Reconhecia a desigualdade na distribuição de renda, mas responsabilizava, não a política econômica do governo ou a repressão ao movimento sindical, mas sim os desníveis de escolaridade da população brasileira. Usando sofisticado instrumental econométrico Langoni “revelou” uma correlação direta entre a renda e a educação. Quanto maior o grau de escolaridade, tanto maiores os rendimentos dos indivíduos. Em *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1972), Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 2, n. 5, outubro de 1972, Langoni apresenta as razões dessas discrepâncias. Segundo ele, existe no Brasil um excesso de mão-de-obra pouco qualificada (é a famosa oferta ilimitada de mão-de-obra no setor moderno de Lewis, proveniente do setor tradicional) e, portanto, com baixa escolaridade, diante de um mercado com grande demanda de mão-de-obra qualificada. Nessas condições, o mercado iria determinar salários baixos para a mão-de-obra sem qualificação e salários altos para a qualificada. Mas,

⁶⁹ Mencionado por José Sérgio Leite Lopes em “Sobre o Debate da Distribuição da Renda: Leitura Crítica de um Artigo de Fishlow”, em Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (orgs.) *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, 1975, Zahar Editores, Rio de Janeiro, pág. 289.

à medida que se elevasse o nível de escolaridade das camadas mais pobres, estas teriam os seus salários automaticamente aumentados pelas leis de mercado. Portanto era uma mera questão de tempo, para que as benesses do desenvolvimento econômico atingissem as camadas populares. Por trás dessas conclusões, está a visão de que as mudanças que acompanham um processo de desenvolvimento econômico como o brasileiro acentuam as desigualdades num primeiro momento, pois se fazem sentir primeiro no segmento mais moderno, e depois atingem o setor mais atrasado reduzindo-as.

Um dos primeiros trabalhos sobre a concentração de renda, contendo críticas ao governo, foi o “Brazilian Size Income Distribution” (1972) do brasileiro Albert Fishlow, publicado em maio de 1972 na *American Economic Review*. Fishlow refaz todos os procedimentos estatísticos de Langoni e confirma as desigualdades apontadas pelo censo mas contesta as causas indicadas pelo defensor do governo⁷⁰. Sugere, isto sim, que o sistema educacional constitua importante mecanismo para assegurar a manutenção da estrutura de renda existente, na medida em que restringe a diplomação para os de alta renda, ou aqueles com pais educados. Além disso, as famílias ricas transferem para seus filhos o potencial de renda, pouco importando o grau de instrução que eles venham a ter, subtraindo o acesso a essa renda dos indivíduos pobres que venham a estudar. Nesse sentido é a propriedade que garante o nível de renda e não a educação como quer Langoni. Para Fishlow a concentração de renda que se deu ao longo da década de 60 foi promovida sobretudo pela gestão Campos-Bulhões, com seu ajuste recessivo de 1964/67 e sua política salarial, fatos que Langoni ignora. Nesse sentido, o censo de 70 capta menos o efeito do “milagre”, que começou apenas em 1968, e mais o ajustamento do Governo Castelo Branco, que ele considera ortodoxo. As críticas de Fishlow desagradaram

⁷⁰ Na verdade, Fishlow atenua o nível de concentração de renda ao acrescentar rendas não monetárias, que não foram captadas pelo censo, aos segmentos mais pobres, elevando de 15 a 20% a renda apurada pelo IBGE. Para isso ele leva em consideração três tipos de renda em espécie: o valor imputativo de aluguéis de imóvel utilizado como residência pelo proprietário, valor imputativo de consumo doméstico de produtos da zona rural e valor imputativo das acomodações e alimentação para empregadas domésticas. Vide a respeito A. Fishlow, “A Distribuição de Renda no Brasil”, em Ricardo Tolipan e Arthur C. Tinelli, 1975, pág. 163.

profundamente o ex-Ministro do Planejamento Roberto Campos, não somente pelo fato de atingirem particularmente a sua gestão, mas porque esse economista americano havia trabalhado nesse Ministério, devido a um convênio com a Universidade de Berkeley onde ele trabalhava. Na verdade, em 1972 Fishlow já lançara um artigo com uma crítica importante ao PAEG, que teve uma grande repercussão dentro e fora do Brasil por se tratar de alguém próximo ao governo⁷¹.

A polêmica sobre concentração de renda no Brasil prosseguiu com a intervenção de vários economistas críticos, que passaram a focar a questão da distribuição, entre eles, escreveram artigos importantes Edmar Bacha, Pedro Malan, John Wells, Celso Furtado, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer entre outros⁷². Se havia unanimidade na condenação da política econômica do governo, o mesmo não acontecia com relação às explicações do fenômeno da concentração. Evidentemente a política salarial e os constrangimentos legais ao movimento sindical e demais aspectos políticos eram apontados por todos como determinantes da forma de distribuição da riqueza. Discordava-se, entretanto, quanto aos efeitos que o tipo de industrialização que ocorria no Brasil produzia sobre a estrutura de empregos, os salários e a distribuição dos rendimentos.

Pedro Malan e John Wells fazem uma verdadeira dissecação da pesquisa de Langoni, contestando os resultados nos próprios termos desse autor. Para eles o argumento de que foram os desníveis educacionais que produziram a desigualdade na renda é questionado pelos próprios resultados que esse autor apresenta. Em “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil” (1973), esse autores apontam para o fato de que os dados de Langoni indicam uma crescente desigualdade de renda dentro do mesmo nível de escolaridade maior do que as mudanças de renda entre diferentes níveis de educação. Ou seja, como explicar que indivíduos com o mesmo grau de escolaridade tenham rendas diferenciadas?

⁷¹ Trata-se do artigo “Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964”, publicado no Brasil em 1974 em *Estudos CEBRAP* n. 7, janeiro-março, 1974.

⁷² A maioria desses trabalhos encontra-se reunida em Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, 1975, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Segundo Malan e Wells, Langoni simplesmente ignora a característica mais importante do sistema produtivo brasileiro, que é a extrema desigual distribuição da propriedade. Ignora por completo também o efeito das políticas econômicas sobre o padrão de renda, tais como a política antiinflacionária de 1964 a 1967, que exerceu forte efeito redistributivo, conforme ressaltaram Fishlow e o próprio Mário Henrique Simonsen. Se as causas da concentração da renda não são aquelas apontadas por Langoni, é de se duvidar também quanto ao suposto caráter transitório e autocorrigível do aumento da desigualdade, argumentam Malan e Wells. “Na verdade a experiência de qualquer país capitalista indica claramente que não há qualquer tendência intrínseca para o sistema distribuir automaticamente, seja riqueza, seja renda, sejam oportunidades. Que isso tenha de fato ocorrido em vários países avançados é um fato, mas consequência de atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessadas no controle ou na influência sobre a estrutura de poder da sociedade, consubstanciada no aparato institucional do Estado”⁷³.

Em *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972), Celso Furtado apresentava uma visão um pouco diferente das causas da concentração de renda no Brasil. Partindo de um modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão-de-obra à la Lewis, Furtado sugere que as distorções do padrão de distribuição de renda acontecem quando os países retardatários como o Brasil adotam padrões sofisticados de consumo dos países avançados, muito além de seu nível de acumulação de capital. Para viabilizar a produção de bens duráveis de consumo, são adotadas tecnologias de capital intensivo, que poupam mão-de-obra e que, somadas ao desemprego estrutural, colocam os trabalhadores brasileiros em desvantagem na luta pelos salários. Dessa maneira, o emprego industrial cresce muito aquém do produto, resultando numa massa salarial reduzida e insuficiente para gerar um mercado consumidor que impulse a industrialização. Nesses termos, o “modelo econômico brasileiro” somente se viabiliza mediante a concentração de renda, não apenas nas mãos da

⁷³ Pedro Malan e John Wells, “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil”, em R. Tolipan e A. Tinelli, 1975, pág. 256.

minoría proprietária de capital, mas também num grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de adequadas dimensões⁷⁴. Para Furtado, coube ao Estado acionar mecanismos fiscais e creditícios que resultaram na elevação da renda de um segmento privilegiado da classe média. Essa suposta transferência de renda dava-se por intermédio de financiamentos que implicavam subsídios ao consumo, ou ainda, mediante transferências para essa classe média de títulos de propriedade e de crédito, que lhe assegurava uma situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura.

Realmente, a partir de 1968 foi posta em prática uma reestruturação do sistema financeiro nacional para viabilizar o consumo de duráveis. Estando a par disso, o governo incentivou a canalização de parte da poupança da classe média-alta para a aquisição de títulos de propriedade e de crédito. Porém é difícil provar, como pretende Furtado, que tais medidas implicavam uma elevação de renda do segmento mais alto da classe média. Percebe-se que Furtado ainda está preso ao modelo de substituição de importações, que privilegia o consumo ao invés da produção, e os estímulos externos aos internos. De resto é inverossímil que o governo deliberadamente transfira renda para a classe média e não para o capital, como seria de praxe.

Deve-se salientar que não estou refutando a ocorrência de um processo de concentração de renda no Brasil, mas negando que ele tenha sido provocado pela transferência de renda à classe média via mecanismos de política econômica. Na verdade, a concentração decorreu diretamente da dinâmica da acumulação de capital, que se beneficiou da grande compressão salarial dos estratos mais baixos da população e elevou os salários da chamada mão-de-obra qualificada, em virtude da grande procura de técnicos de alto nível, ocasionada sim pela implantação de empresas com tecnologia sofisticada. É o que explica Paul Singer em “Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil”(1975). Como essa força de trabalho qualificada era escassa no País, criou-se um segmento privilegiado da

⁷⁴ Vide a respeito Celso Furtado, 1972, pág. 41.

classe média, formado por técnicos, administradores e burocratas, que constituíram um excelente mercado para os bens de consumo duráveis.

A concepção contida em “Análise do 'Modelo'”, de Celso Furtado, pertencia a um esquema teórico que vinha sendo ultrapassado pelas análises dos teóricos da nova esquerda, que buscavam a dinâmica da acumulação brasileira. Nesse sentido, Edmar Bacha também contesta as hipóteses de Furtado e reforça a idéia da formação de um segmento privilegiado da classe média a partir da própria dinâmica da acumulação, que ele chama de gerentes, porque estão intimamente entrosados na vida das empresas. Trata-se da tecnoestrutura de que nos fala J. K. Galbraith, a qual Bacha se propõe a analisar em *Mitos de Uma Década* (1978)⁷⁵. Esse segmento privilegiado da classe média, que se remunera segundo lucros e não pela venda da sua força de trabalho, parece ser da própria natureza de um sistema de propriedade privada, cujo gerenciamento torna-se cada vez mais complexo e profissionalizado, com o crescimento do tamanho médio da empresa⁷⁶.

XIV. CONCLUSÃO

As desigualdades sociais e demais conseqüências do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento não deveriam ser exatamente uma surpresa para quem tivesse examinado com atenção a Teoria do Desenvolvimento Equilibrado de H. Singer, Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse entre outros, que norteou a estratégia econômica do desenvolvimentismo autoritário. Muito pelo contrário, os gestores brasileiros dos governos militares apenas seguiram à risca as recomendações contidas nessa teoria. A contenção do consumo dos trabalhadores foi levada a sério, se bem o mesmo rigor não tenha sido aplicado ao consumo das classes médias e altas, que mergulharam

⁷⁵ Edmar Bacha, 1978, pág. 43.

⁷⁶ Edmar Bacha, 1978, pág. 45. Pedro Malan e John Wells fizeram uma crítica bastante parecida ao livro de Furtado em “Celso Furtado - Análise do Modelo Brasileiro”, em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 2, dezembro de 1972.

numa euforia consumista nos anos 70, sem maiores preocupações com a poupança. Os níveis de investimento (ou de formação bruta de capital) efetivamente elevaram-se, produzindo um crescimento inédito do produto interno, em função do aumento da margem de lucros, do endividamento público e do ingresso de capital estrangeiro. Não havia mais dúvida, no final dos anos 70, que o Brasil se tornara um país capitalista retardatário, com uma capacidade endógena de acumulação. Estava consolidado um capitalismo dependente e associado que, no final dos anos 70, até mesmo possuía um setor avantajado de bens intermediários e de capital. Estavam dados internamente os principais momentos da acumulação de capital.

A consolidação do capitalismo brasileiro implicou uma revisão teórica no pensamento econômico brasileiro. Não havia mais espaço para o estagnacionismo ou para as correntes como a neomarxista, que negavam a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil. Os fatos encarregaram-se de fazer um ajuste de contas com essas teorias equivocadas. A própria CEPAL foi se apagando e deixou de ser uma referência teórica importante para a América Latina, tornando-se apenas mais um escritório da ONU. No final dos anos 70, mesmo o desenvolvimentismo autoritário fazia água, acuado pelas crescentes dificuldades econômicas, pela desigualdade social e pelas críticas ao regime militar. Enquanto isso, as análises dos pensadores da nova esquerda continuaram avançando, fornecendo um quadro cada vez mais preciso da dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro. A acumulação oligopolista, o Estado, o setor de bens de capital, as novas alianças de classe e outros temas dessa natureza foram objeto de inúmeros trabalhos que compunham essa totalidade cada vez mais complexa da realidade brasileira, permitindo a constituição de modelos endógenos de acumulação. Apesar disso, não houve, dos anos 80 em diante, nenhum trabalho da envergadura de *Formação Econômica do Brasil*, ou de *Dependência e Desenvolvimento*, ou ainda *Capitalismo Tardio*, que estabelecesse um marco teórico, ou inaugurasse uma nova fase do pensamento econômico brasileiro. As contribuições de Bacha, Malan, Fishlow, Wells e demais autores mencionados nesse segmento eram pontuais e resumiram-se a iluminar este ou aquele aspecto da

problemática econômica brasileira. Não tinham o fôlego ou o alcance dos grandes textos dessa época. Luiz Carlos Bresser Pereira afinava-se com a nova esquerda, ao interpretar a dinâmica socioeconômica a partir dos “fatos novos”, que captavam as novas tendências do capitalismo retardatário. Entretanto sua maior contribuição para o pensamento econômico brasileiro viria anos depois com a teoria da inflação inercial.

Consumada a transição para a acumulação industrial e financeira, deixava de existir parte daquelas peculiaridades que tornavam o Brasil um objeto específico de análise, que exigia uma teoria apropriada para compreendê-lo. Estava encerrado um ciclo importante do pensamento econômico brasileiro.

XV. BIBLIOGRAFIA

Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (org.)

1969 - *A Economia do Subdesenvolvimento*, São Paulo, Editora Forense.

Bacha, E.

1976 - *Os Mitos de Uma Década: Ensaio de Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Bacha, E. e Klein, H. S. (org.)

1986 - *A Transição Incompleta*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello

1984 - *O Senhor e o Unicórnio - A Economia dos Anos 80*, São Paulo, Editora Brasiliense.

Biderman, C., Cozac, L. F. e Rego, J. M,

1996 - *Conversas com Economistas Brasileiros*, São Paulo, Editora 34.

Bielschowsky, Ricardo

1988 - *Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, PNPE/IPEA.

Bier, Amauri G., Paulani, Leda e Messemberg, Roberto

1987 - *O Heterodoxo e o Pós-Moderno*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

Bresser Pereira, Luiz Carlos

1968 - *Desenvolvimento e Crise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1982 - "Seis Interpretações Sobre o Brasil", em *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, V. 25, n. 3.

Campos, R.

1954 - *Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos*, FGV/EAESP.

1994 - *A Lanterna na Popa - Memórias*, Rio de Janeiro, Topbooks.

Campos, R. e Simonsen, M. H.

1979 - *A Nova Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio.

Cardoso, Fernando Henrique

1964 - *O Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Difel.

1971 - “Teoria da Dependência ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”, *Estudos CEBRAP* n. 1, São Paulo.

1972 - *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s, São Paulo, Dif. Européia do Livro.

1975 - *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

1980 - *As Idéias e seu Lugar*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo

1970 - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Cardoso de Mello, João Manoel

1982 - *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Editora Brasiliense.

Castro, Antonio Barros de

1969 - *7 Ensaio*s sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Forense.

Castro, Antonio Barros de, e Souza, Francisco Eduardo Pires de

1985 - *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Cruz, Paulo Roberto Davidoff Chagas

1986 - *Dívida Externa e Política Econômica - A Experiência Brasileira dos Anos 70*, São Paulo, Editora Brasiliense.

1993 - *Dívida Externa e Financiamento de Longo Prazo na Economia Brasileira do Pós-Guerra*, Campinas, Universidade de Campinas, mimeo.

Delfim Netto, A., Pastore, A. C., Cipollari, P. e Carvalho, E. P.

1965 - “Alguns Aspectos da Inflação Brasileira”, *Estudos ANPES*, São Paulo.

1966 - *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Editora Pioneira/EduUSP.

Fiori, José Luis

1995 - *Em Busca do Dissenso Perdido - Ensaios Críticos sobre a Festejada Crise do Estado*, Rio de Janeiro, Insight Editorial e Consult.

Fishlow, A.

1974 - “Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964”, *Estudos CEBRAP* n. 7, janeiro-março.

Furtado, Celso

1964 - *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

1966 - *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1972 - *Análise do “Modelo” Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

1974 - *O Mito do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

1981 - *O Brasil “Pós Milagre”*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

1985 - *A Fantasia Organizada*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Goldenstein, Lídia

1994 - *Repensando a Dependência*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Hirschman, Albert

1971 - *A Bias for Hope - Essays on Development and Latin America*, Yale University Press.

1986 - *A Economia como Ciência Moral e Política*, São Paulo, Editora Brasiliense.

Langoni, C. G. e Delfim Netto, A.

1973 - *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura.

Lessa, Carlos

1978 - “A Estratégia do Desenvolvimento 1974/76: Sonho ou Fracasso”, Tese de Professor Titular, Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo.

Malan, P. e Pereira, J. E. de C.

1973 - “A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30”, *Dados - Revista de Ciências Sociais* n. 10.

Mantega, Guido

1984 - *A Economia Política Brasileira*, São Paulo, Polis/Vozes.

1995 - “Delfim Netto e a Consolidação do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, FGV/NPP, mimeo.

1996 - “O Governo Geisel, o II PND e os Economistas”, FGV/NPP, mimeo.

Mantega, Guido e Moraes, Maria

1980 - *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Oliveira, Francisco

1972 - “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, em *Estudos CEBRAP* n. 2, outubro de 1972.

1977 - *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal.

Palma, Gabriel

1978 - “Dependency: a Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?”, *World Development*, V. 6, Pergamon Press.

Santos, Theotônio dos

1967 - *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile, CESO.

1972 - *Socialismo o Facismo*, Buenos Aires, Editora Periferia.

Santos, Wanderley Guilherme

1978 - *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Serra, José

1979 - “As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre Autoritarismo e Desenvolvimento”, em *Dados - Revista de Ciências Sociais*, n. 20, Rio de Janeiro.

Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique

1979 - “As Desventuras da Dialética da Dependência”, em *Estudos CEBRAP* n. 23.

Singer, Paul

1973 - “As Contradições do Milagre”, em *Estudos CEBRAP* n. 6, outubro-dezembro 1973.

1976 - *A Crise do Milagre*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Tavares, Maria da Conceição

1972 - *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1975 - *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Tese de Doutorado, UFRJ.

1978 - *Ciclo e Crise, o Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Tese de Professora Titular, UFRJ.

1993 - *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos (orgs.)

1975 - *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Weffort, F.

1971- “Nota sobre a ‘Teoria da Dependência’: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional”, *Estudos CEBRAP* n. 1.